

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FELIX ANGELO SERAFIM

A UTILIZAÇÃO DO IPTU COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À
GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
D'OESTE-RO

Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO

CACOAL - RO.
2011

FELIX ANGELO SERAFIM

**A UTILIZAÇÃO DO IPTU COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À
GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
D'OESTE-RO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Esp. Charles Carminati de Lima.

A UTILIZAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE-RO

Felix Angelo Serafim¹

RESUMO: O trabalho buscou descobrir se o município de Nova Brasilândia D'oeste/RO utiliza o Imposto Predial e territorial Urbano como ferramenta de auxílio à gestão pública, bem como identificar os motivos, que levam os gestores públicos a não usarem determinados critérios com ambientais, sociais, econômicos e urbanísticos, na aplicação desse imposto. Para se atingir esse fim, foi realizado estudo de caso onde se aplicou questionário com perguntas fechadas à equipe gestora do IPTU, o qual foi elaborado com auxílio das Leis 921/2010 e 796/2009. No referencial foram abordados aspectos conceituais e legais do referido imposto. Sendo que para isso realizou-se pesquisa bibliográfica em livros, artigos e na internet. Com a análise dos dados constatou-se que o município, até o ano de 2011, não utilizava o tributo para esse fim, contudo tem-se uma perspectiva que o mesmo seja amplamente usado como ferramenta de gestão urbana no exercício de 2012. Constatou-se também que existem muitas outras possibilidades de utilização da extrafiscalidade do IPTU, contudo o município não as utilizará, dentre outros motivos está a desconhecimentos dos gestores quanto a essas possibilidades. Demonstrou-se no estudo que muitos municípios usam o IPTU como ferramenta auxiliar na gestão pública, porém alguns, principalmente os municípios menores, apresentam algumas dificuldades como a falta capital humano e desconhecimento, na aplicação do imposto para essa finalidade.

PALAVRAS-CHAVE: IPTU. ferramenta. gestão pública.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Estado tem por obrigação alcançar o bem-comum, ou seja, atender as necessidades da população e promover políticas públicas na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para atingir esses objetivos a Administração os tributos, “um dos mais poderosos instrumentos de política pública mediante a qual os governos expressam suas ideologias econômicas, sociais, políticas e até morais” (VOIL, 2011, p. 1).

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2011) no exercício de 2010, foram arrecadados no Brasil R\$ 1.290,97 trilhão. Apesar disso, as receitas não são os únicos objetivos quando da aplicação dos tributos pelo Estado.

Amplamente utilizados pelos diversos entes – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – principalmente para fins fiscais, arrecadação, os tributos podem ser utilizados para fins extrafiscais, deixando a arrecadação de receitas em segundo plano. Com a

¹Graduando do 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal – email: felixangelo@hotmail.com. Orientador prof. Esp. Charles Carminati de Lima.

extrafiscalidade almeja-se distribuir renda, induzir ou coibir comportamentos, incentivar ou desestimular determinada atividade, proteger o meio ambiente, etc.

Como ente federativo o município tem por dever buscar o bem-estar da população local e para auxiliá-lo nisso a Constituição Federal lhe concedeu a competência para instituir impostos, que por meio da extrafiscalidade podem ser utilizados para diversos fins.

Verificando-se a importância da municipalidade e a força que os tributos possuem no desenvolvimento de políticas públicas, na atuação regulatória, inibidora e indutora de comportamentos, questiona-se: Os municípios, através de sua competência tributária e seu poder de polícia, utilizam os tributos como instrumentos das políticas públicas voltadas para o bem-comum da comunidade local?

Este trabalho teve como objetivo verificar se o município de Nova Brasilândia D’oeste/RO, utiliza o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, como ferramenta de auxílio a gestão pública, bem como estudar os aspectos legais inerentes à instituição e aplicação do imposto pelo município, identificar quais os critérios utilizados pela Prefeitura de Nova Brasilândia D’oeste na aplicação das alíquotas do IPTU e descobrir quais os motivos, quando houver, que levam os gestores a não utilizá-lo como instrumento de gestão

A relevância dessa pesquisa provém da necessidade que os municípios têm de utilizar o IPTU como instrumento de arrecadação e de gestão pública. As receitas próprias dos municípios não estão de acordo com o potencial arrecadatório desses entes, dificultando, desta forma, a prestação dos serviços públicos como saúde, transporte e educação.

Tem-se também, o fator urbanização, o qual é de responsabilidade da administração pública municipal. Sendo que esta tem por obrigação promover o melhor aproveitamento do solo urbano, regulamentar o crescimento do município e certificando-se que a propriedade urbana exerça sua função social. Sendo que para isso o gestor público pode-se utilizar algumas ferramentas de controle do crescimento desordenado das urbes, como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Em estudo ao crescimento urbano, Camargo (2008) destaca que durante o século XX houve uma grande imigração de pessoa para as cidades, onde as cidades atingiram um volume de 80% da população total, aglomerando-se de maneira desordenada e com perdas na qualidade de vida.

Para se atingir os objetivos foram utilizados pesquisa bibliográfica e documental, com estudo de caso realizado na Prefeitura do Município de Nova Brasilândia, observado o método dedutivo, considerando uma interação entre o investigador e o investigado.

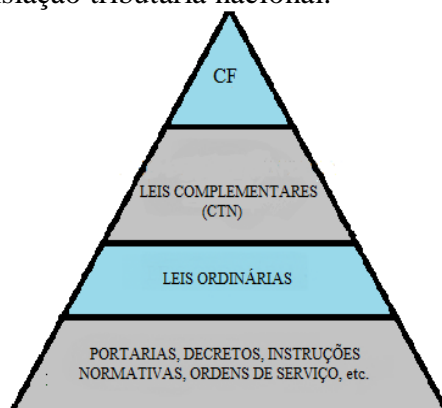
1 O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E OS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

A princípio, percebe-se que o Estado necessita captar recursos para manter seus gastos e estrutura. Por outro lado, tais gastos e estrutura existem para que o mesmo possa alcançar seu objetivo principal: disponibilizar ao cidadão os serviços de sua competência. Sendo o Estado, para Sabbag (2009) o verdadeiro provedor das necessidades coletivas.

Ainda segundo o autor, os tributos são a principal fonte de receitas públicas, endereçadas a sanar essas necessidades. Assim, subentende-se que tais instrumentos exercem um papel vital no desenvolvimento econômico-social do país.

Por essa relevância, é comum que existam diversas normas para orientar e regularizar a aplicação dos tributos. A Escola de Administração Fazendária - ESAF (2009) hierarquiza a legislação tributária nacional da seguinte forma:

Figura 1 - Hierarquia da legislação tributária nacional.



Fonte: ESAF (2009)

A figura 1 demonstra a hierarquia das normas citadas pela Esaf. No topo da pirâmide tem-se a Constituição Federal de 1988. Estando logo abaixo as Leis Complementares, como o CTN, que conforme a Esaf, contém a normas gerais aplicadas ao diversos entes – União, Estados, DF e Municípios. Dando prosseguimento, a escola afirma que abaixo das LC encontram-se as Leis Ordinárias, editadas pelos próprios entes federativos, as quais criam os tributos e estabelecem detalhes sobre sua aplicação. E finalmente, no ultimo degrau da pirâmide estão os atos executórios, portarias, decretos, etc.

Observando a importância dos tributos para a manutenção do Estado, pode-se dizer que é extremamente relevante a existência de regras para a instituição e cobrança dos mesmos. Em análise ao tributo, Ichihara (2006) afirma que os princípios tributários são limitações ao poder de tributar, sendo que ora aparecem como verdadeiras vedações. Assim, o

autor cita alguns desses princípios tributários: princípio da legalidade, princípio da anterioridade da lei tributária, princípio da igualdade ou isonomia, princípio da irretroatividade da lei tributária, princípio da capacidade contributiva.

O primeiro princípio, o da legalidade, está descrito no artigo 150, I, da Constituição, o qual proíbe aos entes federativos “exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. No mesmo sentido, Sabbag (2009) afirma que na criação do tributo a lei deve explicitar o fato tributável, a base de cálculo, a alíquota e os critérios para identificação do sujeito passivo, ou seja, deve fixar os elementos essenciais descritos no Artigo 146, III, a, da CF.

Para Aranha (2006, p.2) o segundo princípio, conhecido por anterioridade da lei tributária, “está associado ao princípio da não-surpresa tributária, evitando que os contribuintes sejam surpreendidos com as novas cobranças, sem terem tido tempo suficiente para melhor conhecer a nova legislação, e, em função dela, poderem programar-se [...]”.

Já o princípio da isonomia, segundo Machado *apud* Braga (2010), também é conhecido como princípio da igualdade, nada mais é que o tratamento igualitário de todos, sendo a isonomia tributária a justiça na aplicação dos tributos. Deste modo, conclui o autor que os impostos devem ser graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Cita-se por ultimo o princípio da irretroatividade tributária. A Constituição Federal de 1988 prevê de forma expressa tal princípio, especificamente no artigo 150, III, ‘a’, o qual proíbe que sejam cobrados tributos por fatos ocorridos antes de a lei entrar em vigor.

Como observado, o Estado é o legítimo detentor do poder tributante, que para Sabbag (2009) é o direito de invadir compulsoriamente o patrimônio do contribuinte e requer para si parte dele. Desta forma, nada mais justo que se tenha no Sistema Tributário Nacional, alguns dispositivos que limitam esse poder. Assim, entende-se que os princípios tributários objetivam orientar a criação, aplicação e arrecadação dos tributos e assim, proteger o patrimônio dos contribuintes de possíveis abusos, como por exemplo, os impostos cobrados pela metrópole durante o colonialismo.

1.1 TRIBUTAÇÃO NO BRASIL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Como dito, o Estado precisa ser financiado para manter sua estrutura e prestar os serviços dos quais o cidadão necessita, sendo esse financiamento proporcionado, principalmente, pelos tributos. Desta forma, seria inadequado esquecer-se de mencionar alguns aspectos sobre distribuição da carga tributária entre os brasileiros e seu reflexo na sociedade.

A carga tributária é o coeficiente existente entre os tributos arrecadados – impostos, taxas e contribuições – e o Produtor Interno Bruto, conforme Salvador (2007). O autor afirma que a carga tributária brasileira é a mais alta entre muitos países. E diferente de outras nações, o Brasil tem uma alta carga tributária sobre o consumo - mais de metade da carga provém de tributos que incidem sobre bens e serviços - e uma baixa tributação sobre a renda. Desse modo, o Estado brasileiro tira a maior parte de sua receita dos tributos que oneram mais o trabalhador e a classe média.

Da mesma forma, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008) demonstra que os impostos pesam mais sobre os que têm menor renda. Os 10% mais pobres pagam 44% a mais que os 10% mais ricos. Sendo este, mais um elemento comprobatório da injustiça fiscal existente no Brasil, a qual também é responsável pelo aumento das desigualdades sociais entre brasileiros.

Igualmente, matéria publicada no jornal Estadão (2010) afirma que relatório emitido pela Organização das Nações Unidas demonstra que no Brasil a tributação é injusta. A organização explana que no país, famílias pobres pagam aproximadamente 46% a título de impostos indiretos - embutidos nos preços de bens e de alguns serviços - enquanto os mais ricos arcam com apenas 16%. Esse tipo de tributação limita seriamente o impacto redistributivo dos programas sociais, e uma tributação incidente sobre grandes fortunas, patrimônios e terras do país é tão necessária quanto outras transformações.

O referido jornal noticia ainda que Olivier De Schutter, relator especial das Nações Unidas contra a fome, analisou que os problemas sociais brasileiros estão sendo enfrentados com recursos obtidos, principalmente, das camadas mais pobres da sociedade, justamente por causa da tributação desigual, sendo isso um entrave para o desenvolvimento social.

Nesta linha, Salvador (2007, p.11) afirma que a “construção de uma tributação mais justa no país passa pelo resgate e reafirmação de diversos princípios tributários, já existentes na Constituição brasileira e que nos últimos anos não vêm sendo observados”. Tendo em vista, o Estado brasileiro ser custeado pela classe mais pobre, a qual arca com uma tributação desproporcional, reafirma o autor.

Em virtude dessas considerações, registra-se que a injustiça fiscal é um dos problemas centrais que aumentam as desigualdades entre brasileiros. Observa-se que uma má tributação restringe o crescimento social e econômico dos mais pobres, pois esses arcam, proporcionalmente, com uma carga tributária maior. Além disso, menciona-se que uma das principais funções dos tributos, distribuir a riqueza produzida, não é alcançada quando há uma tributação mais branda para ricos.

1.2 JUSTIÇA FISCAL E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA

Como verificado, a aplicação dos tributos imposta aos brasileiros é injusta, pois a parcela da população mais pobre contribui proporcionalmente mais para os cofres públicos que a classe mais abastada, o que contribui para o aumentando das desigualdades.

Assinale ainda que o ideal de justiça fiscal não é algo novo. Viegas (2010) afirma que uma das conquistas da Revolução Francesa foi a abolição de privilégios fiscais da nobreza, a qual permitiu que a tributação fosse ampliada e aplicada como instrumento de justiça, sendo necessário que todos contribuíssem de acordo com suas possibilidades.

Verifica-se que a busca de uma tributação justa é algo que vem, historicamente, sendo perseguida por diversos Estados e necessita ser almejado, também, pelo Brasil.

Para se alcançar essa igualdade, percebe-se que o Estado brasileiro utiliza determinados instrumentos, e dentre eles está o princípio da capacidade contributiva. Piscitelli *et al. apud* Salvador (2007) afirma que o princípio da capacidade contributiva é fundamental para se alcançar essa justiça fiscal. Prosseguindo, os autores argumentam que o uso da capacidade contributiva conjuntamente com a progressividade e a seletividade do imposto pode promover uma tributação mais justa, proporcionalmente maior para ricos.

Convém ressaltar que na tributação o princípio da progressividade é vital para que se obtenção obtenha a igualdade. Tokarski (2009) declara que a isonomia, só será eficiente quando indivíduos de classes e rendas diferentes sofrerem tributação proporcionalmente igual, podendo se tornar num aliado na diminuição das desigualdades.

O princípio da isonomia está explícito, de forma genérica, no artigo 5º da CF, onde afirma que todos são iguais perante a lei. Harada (2007a) ensina que desta forma genérica surgiu, o específico perante o fisco: a isonomia tributária. Esta isonomia é, também, claramente tratada no artigo 150, também da Carta.

[...] é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situações equivalente, proibida qualquer distinção [...] independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

A tal isonomia não pode se restringir apenas ao campo jurídico sem que se possa aplicá-la em um caso concreto, que permita uma efetiva correção nas desigualdades (SABBAG, 2009). Afirma ainda o autor que o Estado deve considerar as condições dos contribuintes, com o objetivo de se evitar a mesma carga tributária sobre indivíduos desiguais, caso contrário, poderá onerar as camadas mais pobres, enquanto afortunados contribuem com uma carga tributária abaixo do que suportam.

Pelo analisado, entende-se que o ideal de justiça fiscal, aplicação justa dos tributos, não pode ser alcançado sem que se observe o princípio da isonomia tributária, aplicação dos tributos proporcionalmente igual para todos.

A aplicação dos tributos sem observância desse princípio básico acarreta em uma tributação desigual trazendo mais injustiça social e concentração de renda. Assim é de extrema importância que se observe esse dispositivo quando da criação, majoração ou alteração dos tributos.

1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

De início, pode-se dizer que tributo é gênero, existindo algumas espécies de tributos. O Código Tributário Nacional admite em seu Artigo 5º, que os tributos são divididos em impostos, taxas e contribuições de melhoria. No entanto, observa-se que existem outras espécies tributárias não citadas no referido artigo. Com base em decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, Cassone (2007) classifica os tributos em impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios.

Da mesma forma, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso *apud* Sabbag (2009), afirma que além dos tributos citados no CTN existem outras duas modalidades: empréstimos compulsórios e contribuições sociais.

QUADRO 1 - Classificação das espécies tributárias.

EMENTA: As diversas espécies tributárias, determinadas pela hipótese de incidência ou pelo fato gerador da respectiva obrigação (CTN, art. 4º) são as seguintes:
1 os IMPOSTOS (CF, arts. 145, I, 153, 154, 155 e 156);
2 as TAXAS (CF, art. 145, II);
3 as CONTRIBUIÇÕES , que podem ser assim classificadas: <ul style="list-style-type: none"> 3.1 DE MELHORIA (CF, art. 145, III); 3.2 PARAFISCAIS (CF, art. 149), que são: <ul style="list-style-type: none"> 3.2.1 sociais, <ul style="list-style-type: none"> 3.2.1.1 de seguridade social (CF, art. 195, I, II, III), 3.2.1.2 outras de seguridade social (CF, art. 195, § 4º), 3.2.1.3 sociais gerais (o FGTS, o salário-educação, SESI, SINAI, [...]); 3.3. ESPECIAIS; <ul style="list-style-type: none"> 3.3.1 de intervenção do domínio econômico (CF, art. 149) e 3.3.2 corporativas (CF, art. 149). [...]
4 os EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS (CF, art. 148).

Fonte: Sabbag (2009).

O quadro 1 demonstra a classificação das espécies tributárias, segundo Velloso. Nele verifica-se a existência de quatro espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. Dividindo-se as contribuições em: contribuições de melhoria, parafiscais e especiais. Sendo que as contribuições parafiscais estão subdivididas em sociais,

de seguridade social, outras de seguridade social e sociais gerais. E as contribuições especiais subdivididas em especiais de intervenção do domínio econômico e corporativas.

Para que o assunto não se estenda além do necessário, se analisará apenas os tributos definidos no artigo 5º do Código Tributário Nacional. Assim, pode-se definir o imposto, conforme artigo 16º do mesmo código, como “tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Cassone (2007) afirma que as contribuições de melhoria são tributos pagos pela valorização que o imóvel próximo à obra pública realizada obtém, sendo que tal contribuição haverá de ser exigida proporcionalmente à valorização obtida. Já a CF em seu artigo 145, III, define taxa como sendo um tributo cobrado “em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”.

Como dito, para o estudo em questão, o que será analisado com mais ênfase é um imposto, especificamente o Imposto Predial e Territorial Urbano. Contudo, necessário é que se conheça a diferença entre tais classes para melhor entendimento. Pode-se assim, concluir que o IPTU classifica-se como imposto, pois as receitas advindas de sua aplicação não são vinculadas à essa ou àquela prestação de serviço proporcionada pelo município.

2 A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS

Sabe-se que o Brasil tem sua organização político-administrativa fundada no federalismo. Portanto, os entes públicos que formam a federação possuem autonomia plena.

Segundo Moraes (2007) o Estado Federal é a união de entes com poderes soberanos distribuídos entre si, sendo que à União, são conferidos poderes para garantir a unidade política e econômica, e aos Estados federais, municípios e DF é conferida competência a cada um sobre o próprio território, sejam assinalados os demais poderes. Assim sendo, o federalismo “caracteriza-se pela administração própria, dos estados e municípios, no que concerne aos seus peculiares interesses, à decretação e arrecadação de tributos de sua competência, à aplicação de suas rendas e à organização dos serviços públicos locais” (BISCARO; ZMITROWICZ, 1998, p. 4).

Por essas afirmações, conclui-se que como membros da federação, os Municípios possuem autonomia com relação aos outros entes, tendo competência privativa com relação

há algumas matérias, ou seja, algumas matérias tratadas pelo município não podem ser apreciadas pela União ou Estados. Zmitrowicz e Biscaro (1998, p. 4) garantem:

O município possui hoje, garantida por esta Constituição Federal de 1988, autonomia para deliberar e executar sobre todos os assuntos que forem de interesse local, sem necessitar de aprovação dos governos estadual ou federal, tanto no que diz respeito aos seus aspectos político-administrativos, quanto com relação aos aspectos financeiros.

Os referidos autores assinalam ainda que o papel do município vai além dos básicos serviços urbanos, se estendem à saúde, à educação, ao meio-ambiente, etc.

Para Moraes (2007) a autonomia municipal, da mesma forma que a dos Estados-membros, configura-se pela capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e auto-administração.

Nestes termos, percebe-se que os municípios têm, regionalmente, uma responsabilidade maior que a própria União, pois o mesmo é responsável por políticas públicas – organizar, legislar, administrar – as quais irão influenciar, diretamente, o cidadão local. De forma igual, Gabriel (2010, p. 1) argumenta que a CF de 88 preceituou a ascendência dos interesses entre os entes sendo que “as matérias de interesse nacional são de competência da União; matérias de interesse regional, de competência dos Estados-membros e matérias de interesse local, de competência do Município”.

Zmitrowicz e Biscaro (1998, p.8) citam algumas das competências dos municípios:

[...] legislar sobre assuntos de interesse local; [...] criar, organizar e suprimir distritos, observadas a legislação estadual; [...] promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local [...]

Observa-se então que quando não interferem em assuntos legislativos privativos da União e dos Estados, os municípios têm autonomia para legislar sobre temas de interesse local. Tendo essa compreensão e sabendo que o elemento desse estudo é o Imposto Predial e Territorial Urbano, instituído pelo município através de sua competência tributária, é importante que se analise essa espécie.

Lobo (2011, p. 1) expõe que a competência tributária nada mais é do que uma “aptidão conferida a determinado ente político para criar e instituir tributos e possui como característica a privativa, a indelegável, a incaduzidade, a inalterabilidade, a irrenunciabilidade e a facultatividade”. Em outras palavras, tem-se o entendimento que a competência tributária é que o poder concedido à pessoa jurídica de direito público para que esta, através de lei, crie as espécies tributárias de sua competência.

Pode-se dizer também que a característica privativa da competência tributária é garantida pela Constituição. Desta forma, os municípios devem legislar somente com relação às matérias tributárias especificadas da Carta.

Neste sentido, Higo de Brito Machado *apud* Lobo (2011, p.1) afirma que União, Estados, DF e Municípios, “têm aptidão para instituírem tributos com exclusividade”.

QUADRO 2 – Competências tributárias da União, Estado, Municípios e Distrito Federal.

IMPOSTOS FEDERAIS		
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO		
Art. 153, CF		Art. 154, CF
1. Imposto sobre Importação (Inciso I) 2. Imposto sobre Exportação (Inciso II) 3. Imposto sobre Renda (Inciso III) 4. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (Inciso IV) 5. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF (Inciso V) 6. Imposto Territorial Rural – ITR (Inciso V) 7. Imposto sobre Grandes Fortunas (Inciso VII)		1. Imposto Residual (Inciso I) 2. Imposto Extraordinário de Guerra – IEG (Inciso II)
IMPOSTOS ESTADUAIS (Art. 155, CF)		
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS-MEMBROS E DO DISTRITO FEDERAL		
1. ITCMD (Inciso I)	2. ICMS (Inciso II)	3. IPVA (Inciso III)
IMPOSTOS MUNICIPAIS (Art. 156, CF)		
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL		
1. IPTU (Inciso I)	2. ITBI (Inciso II)	3. ISS (Inciso III)

Fonte: Sabbag (2009)

A distribuição das competências tributárias pode ser observada no quadro 2.

Primeiro momento, tem-se a competência exclusiva da União, instituição dos impostos sobre importação, exportação, renda, produtos industrializados, operações financeiras, propriedade rural, grandes fortunas, imposto extraordinário de guerra e a competência residual, que se resume em criar um novo tributo. Ressalta-se essa última é de competência exclusiva da União.

Num segundo plano, apresenta-se a competência tributária dos estados, que são a instituição dos impostos sobre circulação de bens, mercadorias e serviços, imposto de transmissão causa morte e doação e o imposto sobre a propriedade de veículo automotor.

Ao final do quadro, pode-se conferir a competência dos Municípios para a instituição dos impostos sobre a propriedade territorial e predial urbana, sobre transferências de bens imóveis e sobre a prestação de serviços.

Pelo exposto percebe-se que as espécies tributárias são divididas em impostos, taxas e contribuições e empréstimos compulsórios. Sendo os diversos tributos divididos entre os entes federativos conforme sua competência, não sendo permitido, por exemplo, a União cobrar o ICMS. Deste modo, fica garantido o direito de arrecadação por parte de cada ente da federação.

2.1 INSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO DOS TRIBUTOS PELOS MUNICÍPIOS

Em análise às competências instituídas aos municípios, pôde-se observar que tais entes públicos têm autonomia para criar os tributos que lhes foram conferidos pela Constituição Federal de 1988. Todavia, esses não são suficientes para manter a estrutura municipal e financiar sua prestação de serviços. Destarte, os tributos não são a única fonte de arrecadação dos municípios.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011) pondera que entre 2002 a 2007 as receitas tributárias municipais representaram apenas 20,3% das receitas obtidas. Além disso, os 80% piores municípios em arrecadação própria, arrecadaram 5 vezes menos que os 5% melhores, sendo que entre 2008 e 2010 o percentual das participações de receita própria dos referidos municípios mantiveram-se, praticamente, constantes.

Com relação às informações, o IPEA destaca ser algo preocupante, tendo em vista, demonstrar que a maioria dos municípios brasileiros não está conseguindo atingir seu potencial em arrecadação. Aponta o instituto que a dificuldade de se implementar uma política fiscal e jurídica de aplicação e cobrança dos tributos nos municípios pode ser a causa desse fenômeno, visto que demanda um sacrifício econômico e um capital humano muito elevado para os municípios menores.

Pelo que foi observado, pode-se dizer que os municípios não estão conseguindo encontrar uma melhor forma de explorar os tributos de sua competência. Mantendo assim, uma elevada dependência das transferências intergovernamentais.

Nota-se também que o IPTU é um dos tributos que não está sendo explorado da melhor forma. O IPEA (2011, p. 9), afirma que este imposto “possui grande potencial, visto que o valor de mercado de todo o patrimônio imobiliário urbano do país é altíssimo”. Cita o instituto que esse valor é tão alto que computando-se somente os imóveis residências, aproxima-se do PIB brasileiro.

Tabela 1: Distribuição do Patrimônio Residencial Imobiliário Urbano e da Arrecadação do IPTU, do PIB e da População. Brasil, Regiões, 2003.

Região	Patrimônio Residencial Urbano (%)	Arrecadação IPTU (%)	PIB (%)	População Urbana (%)
Norte	2,8	0,9	4,8	6,5
Nordeste	10,0	6,1	12,8	23,9
Sudeste	63,5	74,3	55,8	47,5
Sul	17,3	13,2	17,7	14,7
Centro-Oeste	6,4	5,4	9,0	7,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Extraído de: IPEA (2011).

Na tabela 1 percebe-se que a concentração do patrimônio imobiliário residencial encontra-se nas regiões Sudeste e Sul. Sendo que as menores concentrações estão no Norte e Nordeste. Os números referem-se apenas aos imóveis residenciais, assim o IPEA (2011, p. 9) afirma que se fosse considerado “toda a base tributária do IPTU, incluindo os imóveis de uso comercial e industrial, a concentração no Sudeste seria ainda maior”.

Tabela 2: Proporção de Pagantes e Carga Tributária do IPTU entre os Pagantes. Brasil e Grandes Regiões por Classe de Percentil de Valor de Imóvel, 2003 (em %).

Região	Indicador	Percentil de valor de imóvel		
		0-50	50-90	90-100
Norte/Nordeste	% de pagantes	4,9	13,2	42,2
	Tributação IPTU	2,67	1,18	0,69
Sudeste	% de pagantes	27,6	54,2	74,7
	Tributação IPTU	2,66	1,28	0,59
Sul	% de pagantes	25,9	49,6	68,1
	Tributação IPTU	2,16	1,5	0,61
Centro-Oeste	% de pagantes	15,6	34,1	53,7
	Tributação IPTU	2,41	1,09	0,61
Brasil	% de pagantes	16,0	44,2	68,7
	Tributação IPTU	3,27	1,47	0,66

Extraído de: IPEA (2011)

Já na tabela 2, é fácil visualizar a regressividade do IPTU entre o universo pagante. Os imóveis mais caros pagam proporcionalmente menos que os mais baratos.

Nota-se que a região Norte/Nordeste, com relação ao percentual de pagantes do IPTU, está abaixo da média das outras regiões. Todavia, a informação mais relevante desta tabela esta no percentual pago em razão do valor venal. Sendo que os 50% imóveis mais baratos pagam um percentual muito maior do que os 10% imóveis mais caros.

Destaca-se que essa regressividade ocorre por causa dos “critérios utilizados pelos municípios para cálculo do valor venal dos imóveis e as políticas de isenções e descontos” (IPEA, 2011, p.10) [grifo nosso].

Em análise ao IPTU, Carvalho (2009, p.30) assegura que:

O custo político da cobrança do IPTU, a cultura fiscal e a base tributária imobiliária das regiões Norte e Nordeste também são elementos importantes, *vis-à-vis* a alta dependência de transferências constitucionais dos municípios dessas regiões, o que pode justificar o baixo desempenho delas [grifo do autor].

Segundo a Secretaria de Tesouro Nacional *apud* Carvalho (2009) o Brasil possui cerca de 5.560 municípios, e, certamente, existam mais de 5 mil legislações com alíquotas e estruturas diferentes para atender aos interesses de cada ente. O anexo A demonstra, de uma maneira mais didática, essas variações.

Diante dos dados apresentados, pode-se dizer que cada ente municipal possui sua

legislação própria com alíquotas diferentes, progressivas ou não e Planta Genérica de Valores, também diferentes.

Entende-se ainda que isso se deve à conjuntura política de cada ente, sendo que alguns não possuem reserva econômica nem capital humano para mudar esse quadro. Não se pode esquecer das pressões políticas que os municípios sofrem para não editarem a legislação ao seu favor.

3 O IPTU E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Vale ressaltar que a tributação tem por fundamentação básica a arrecadação, a divisão dos encargos do Estado entre os contribuintes. Desta forma, é mais do que normal que algumas pessoas imaginem que os tributos existam exclusivamente para abastecer os cofres públicos, atendendo, assim, apenas a sua função fiscal.

Machado *apud* Landin e Maganhini (2006) ensina que quando o principal objetivo do tributo é a arrecadação se está utilizando de sua característica fiscal.

Nesta esteira, Silva (2007) afirma que existe outro tipo de tributação, a extrafiscal. Que diferente da fiscal tem outros objetivos que além da arrecadação. O autor argumenta que esses objetivos podem ser os mais diversos, redistribuição da renda, promoção do desenvolvimento regional ou setorial, implementação de políticas públicas, etc.

Prosseguindo, Silva (2007) pondera que contemporaneamente, o Estado exerce seu poder tributante para atender às necessidades econômicas e corrigir as situações sociais adversas. E quando se aplica a extrafiscalidade em determinado tributo, devem-se priorizar algumas situações econômico-sociais, administrativas, sanitárias, culturais, ambientais, etc.

De forma igual, Nogueira *apud* Tolentino (2003) expõe que o Estado utilizando de seu poder de polícia pode, para atingir o bem-comum, regular a atividade econômica. E acrescenta que o tributo é necessário para alcançar melhorias na vida social das pessoas.

Assim, “não há como dissociar a tributação da noção de equidade social. [...] a tributação traz, em si própria, a finalidade distributiva por definir, na origem, quem deve sustentar o financiamento do Estado e em quanto deve colaborar” (VIOL, 2005, p.11)

A autora destaca ainda que como o mercado não tem condições de sozinho, trazer desenvolvimento para todos, o Estado tenta equilibrar as distorções com a distributividade.

Em virtude dessas considerações, entende-se que os tributos têm por principal objetivo a fiscalidade. Entretanto, o Estado exercendo seu poder tributante associado ao poder de polícia, pode utilizá-lo para outros fins, como distribuir renda, estimular determinada

atividade econômica, proteger os interesses do país, etc. Desse modo, a tributação pode ser utilizada para diversos fins.

Pelo contexto, utilização dos tributos para melhorar a distribuição de renda, pode-se afirmar que o IPTU também pode auxiliar o ente público no sentido de atingir esse objetivo.

Essa função distributiva do IPTU foi expandida após a Emenda Constitucional nº 29/00 que autorizou a progressividade fiscal. Assim, as alíquotas desse imposto podem ser variadas de acordo com o valor venal do imóvel, possibilitando ao município onerar o sujeito passivo conforme sua riqueza patrimonial (SABBAG, 2009).

Compreende-se que, à municipalidade foi garantido mais um dispositivo para que seus objetivos sejam alcançados. Sendo que a majoração das alíquotas nada mais é que um meio para se alcançar a justiça fiscal local. Pois, esse critério atingiria com mais severidade os contribuintes que possuem um patrimônio maior.

Diante disso, pode-se afirmar que o IPTU é uma valiosa ferramenta de distributividade. Entretanto, não basta aplicar o imposto com objetivo distributivo se os gastos estão, majoritariamente, endereçados às classes mais ricas, devendo o ente público alocar os recursos obtidos pelo imposto nas áreas mais necessitadas – saúde, transporte, educação, habitação, segurança, etc.

3.1 FATO GERADOR, BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA DO IPTU

Já foi dito anteriormente que o Imposto Predial e Territorial Urbano é de competência exclusiva do Município, devendo este regulamentar sua aplicação através de lei. No entanto, mesmo que tal ente tenha competência para isso, o sujeito passivo e o fato gerador do imposto e a base de cálculo, antes da lei municipal, já vêm descritos na CTN e na CF. Assim sendo, não pode o legislador municipal alterar os referidos dispositivos.

Com relação ao IPTU, pode-se encontrar seu fato gerador no Artigo 32 do Código Tributário, onde menciona que o para ser sujeito passivo do referido imposto deve-se ter a “propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município”.

A propriedade é “a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”, conceito dado pelo Artigo 1.228 do Código Civil Brasileiro.

Para Fraga (2010, p. 4) domínio útil do imóvel e a posse do imóvel urbano são respectivamente:

[...] o conjunto de atributos conferidos ao titular de enfiteuse, aforamento ou emprazamento, direito real em favor de terceiro, não proprietário do bem, que lhe permite agir quase como se o fosse. [...] uma situação essencialmente fática, que consiste no comportamento, por parte de alguém, pessoa física, jurídica ou a esta equiparada, como se fosse proprietário de um determinado bem, sendo-o ou não.

Dessa forma, constata-se que o sujeito passivo da obrigação tributária não é apenas o proprietário, aquele que juridicamente é o dono, mais também quem tem o domínio do imóvel e quem tem a posse, qualquer pessoa que se encontre nessa situação é sujeito passivo.

Observa-se que a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. Que para Sabbag (2009, p. 918) “será o preço a vista que o imóvel alcançaria se colocado à venda em condições normais no mercado imobiliário.” Esclarece ainda que a simples atualização monetária da base de cálculo, utilizando-se índices oficiais de inflação, não é considerada aumento do imposto. Desta forma, tal correção pode ser efetuada por Decreto do Executivo.

Fraga (2010) expõe que deve o município calcular a base de cálculo do IPTU através da Planta Genérica de Valores. Afirma o autor que essa planta é o documento utilizado pelo ente público para identificar o valor dos imóveis, utilizando-se para essa identificação critérios técnicos de valoração, como por exemplo, localização e estrutura.

Verificar-se-á nesse momento as alíquotas aplicáveis ao IPTU. A percepção é de que essas são o ponto mais complexo na aplicação do imposto.

Neste enfoque, Coelho (2003, p. 1) conceitua a alíquota como “critério de medida que aplicada a base calculada dimensiona o *quantum* monetário da obrigação tributária, podendo ser de natureza **fixa** ou **percentual** [grifo do autor]. Enfatiza Coelho que as alíquotas do IPTU podem ser aplicadas conforme critérios progressivos, seletivos, fiscais e extrafiscais.

Sabbag (2009) ressalta que a municipalidade pode utilizar alíquotas progressivas no tempo, progressivas em razão do valor do imóvel, da localização e do uso do imóvel. No mesmo sentido, a Escola de Administração Fazendária assegura que a Constituição Federal admite a utilização de alíquotas progressivas com o objetivo de fazer com que a propriedade atenda à sua função social.

QUADRO 03 – Características do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Fato gerador	É a propriedade de imóvel situado na zona urbana do município
Contribuinte	É o proprietário do imóvel
Base de cálculo	É o valor venal do imóvel
Alíquotas	São estabelecidas pela lei municipal, em geral, maiores para os imóveis não construídos (terrenos). A Constituição Federal admite três formas de progressividade: no tempo, para punir a especulação imobiliária em propriedades urbanas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas (art. 182, § 4º, II); em razão do valor do imóvel (art. 156, § 1º, I); em razão da localização do imóvel (art. 156, § 1º, II)

Fonte: ESAF (2009)

Observando-se o quadro 3, pode-se dizer que dependendo da circunstância, o ente

pode utilizar de diversas técnicas para variar o percentual das alíquotas. Podendo o ente utilizá-las para vários fins, fiscais e extrafiscais, como distribuição de renda, pura arrecadação, estímulo à construção civil, etc.

4 A GESTÃO PÚBLICA E O IPTU COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

Pelo exposto, observa-se que a instituição de determinado tributo e consequentemente sua eficácia e eficiência têm ligação estreita com a gestão pública.

Pode-se dizer que o conceito de gestão está ligado a administração. Sendo que a administração está ligada ao conjunto de recursos e ações designados gerir. Gestão é arte básica da administração, são procedimentos intelectuais e físicos que objetivam constituir o que se quer o como será alcançado (TAVARES, 2000; CHIAVENATO, 2000; MINTZBERG; QUINN, 2001 *apud* BETINI *et al.*).

Observa-se que o conceito de gerir e administrar são facilmente confundidos. Dias (2002) utiliza quatro verbos para descrever o que significa administrar: dirigir, planejar, organizar e controlar pessoas para que se possa atingir os objetivos da entidade de forma mais eficiente e eficaz. No que diz respeito ao significado de gerir, o autor relaciona-o a utilização de vários substantivos como a técnica, a segurança, a contabilidade, a administração, a psicologia, a estatística, o ambiente, etc., para que através das pessoas também se possa atingir os objetivos de uma organização com eficiência e eficácia.

Para Osório (2005) administrar e gerir são conceitos diferentes. Gerir vai além do administrar, significa mudança, é mudar conceitos, é rever as teorias e os procedimentos. Assim, “a atividade do gestor implica considerações diversas daquelas tradicionalmente aceitas nos domínios clássicos da Administração Pública” (DOVONON *apud* OSÓRIO, 2005, p.3).

Nota-se que na atualidade não cabe mais ao gestor público apenas a função burocrática e autoritária. A ele é necessário ser político, administrador e gestor. Pois, hodiernamente, atender as demanda da sociedade está cada vez mais complexo.

Contextualizando sobre o assunto, Osório (2005) salienta que o administrador público atuava de uma forma mais hierárquica, burocrática e normativa. Hoje em dia, deve atuar mais com dependência em relação à sua equipe e com foco nos resultados.

Registra o autor que o gestor público pode ser o agente político introduzido no cargo por voto, alguém contratado por empresa terceirizada, servidores concursados ou portariados

que assumam determinada responsabilidade exigida por seu posto. Assim, entende-se que independente da posição, pode-se considerar gestor aquele que de alguma maneira assume uma posição importante na elaboração ou execução de determinada ação.

José Afonso da Silva *apud* Viegas (2011, p.1) afirma que administrar a coisa pública nada mais é do que a “própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja através da prestação de serviços públicos, seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado [...]”. Independente da atividade exercida, é inevitável que o cliente final da gestão pública seja a sociedade, salienta o autor.

A Administração Pública tem, de acordo com Perez (2004), diversas funções objetivando proteger os interesses coletivos. O autor argumenta que suas atividades não se limitam apenas à ordenação, algumas se apresentam como verdadeiros instrumentos de transformação econômica e social: prestação de serviços públicos; atividade fiscalizadora, onde a administração, através de seu poder de polícia, fiscaliza o cumprimento da lei; intervenção no domínio econômico; guarda e operação dos bens públicos, atividade de cuidar do bem público e utilizá-lo da melhor maneira; e a intervenção na propriedade privada, onde a Administração condiciona a utilização de determinados bens, como os imóveis; e etc.

Pôde-se observar que gerir atividades públicas é mais complexo do que se imagina. Sergio Jund (2008) informa que após a democratização, a sociedade brasileira passou a exigir cada vez mais ações públicas e governamentais, trazendo com essas exigências um amplo desafio de gestão e hoje é essencial à gestão pública vencer tais desafios.

Pelo analisado até o momento, percebe-se que a gestão pública visa satisfazer os interesses coletivos. Sendo de sua competência a gestão dos bens públicos, gestão das prestações dos serviços públicos, gestão da atividade financeira da Administração Pública, gestão dos tributos, entre outros, tendo cada ente federativo sua parcela de responsabilidade.

Para Pereira (2008, p. 60) o propósito da Administração é gerir os “bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo [...]”.

Diante desses desafios, é viável ao gestor público municipal, no papel de prefeito, assumir, sozinho, a responsabilidade de desenvolver as atividades inerentes à administração pública? Este questionamento é respondido com a afirmação de Bergue *et al.* (2011, p. 36):

Nesse cenário de mudança, o legislativo local assume papel de máxima relevância, não somente porque constitui elo entre a sociedade e a administração pública, mas pela pluralidade que encerra, pela multiplicidade de agentes que possui, e pela fluidez de trabalho que é capaz de promover no caminho do envolvimento da sociedade com essa administração.

Ressaltam os autores que uma percepção diferente dessa pode dar o entendimento

errado de que a gestão é exercida exclusivamente pelo prefeito.

Pode-se dizer que o administrador público, para exercer uma boa gestão necessita de um bom entendimento com o poder legislativo, pois suas ações sofrem o controle deste. Ressalta-se que quando se fala em gestor público, inclui-se o prefeito, o secretário, o assessor, o técnico, o contador, aquela pessoa que exerça alguma atividade que exija um elevado nível de responsabilidade.

4.1 O IPTU NA GESTÃO DA CIDADE

Como os atos de gestão pública devem estar atrelados a legalidade, e ainda, “o gestor público deve estar sempre sujeito aos ditames da lei” Bergue *et al.* (2011, p. 36). Assim, é mais do que necessário que existam instrumentos legais para auxiliar o gestor público.

Cita-se os seguintes instrumentos de auxílio à gestão: 1) gestão orçamentária, PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orgânica Anual); 2) gestão fiscal LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal); 3) gestão urbana, Estatuto das Cidades e Plano Diretor; etc. Em consonância com isso, Andrade *et al.* (2005) argumentam que a utilização desses instrumentos podem ditar os rumos de uma boa ou má gestão pública.

Por tudo que foi contextualizado sobre os tributos e especificamente o imposto, também, pode-se apresentá-los como instrumentos de auxílio a gestão pública. Para Anastasia (1986) os tributos de competência dos municípios podem ser usados para se atingir outros objetivos e não somente para fins fiscais.

Ao examinar o IPTU, Anastasia (1986, p.151) assegura que a função extrafiscal do referido imposto pode ser utilizada para “incentivar ou restringir comportamentos socioeconômicos”. Destaca ainda o autor que seria muito normal e justo o município utilizar desse instrumento para auxiliar algumas de suas políticas públicas.

Reforçando a assertiva, Harada (2007b) demonstra que o IPTU pode ser aplicado objetivando atender interesses públicos relativos à higiene, à segurança, à paisagem urbana, etc. Pois, o IPTU pode induzir o contribuinte a limpar seu terreno, a recuperar prédios velhos, a finalizar uma construção inacabada, etc. Enfatiza também o autor que, qualquer objetivo político-social pode ser alcançado pela Administração Pública municipal através do IPTU.

Como delineado anteriormente, os impostos possuem função fiscal e extrafiscal. A Administração Pública, objetivando o bem-comum, pode utilizar-se de qualquer dessas funções para atingir seus objetivos, como por exemplo, estimular ou desestimular determinada atividade ou ação, distribuir renda, etc. Assim, nada mais evidente que se chegue à conclusão

que os impostos, dentre eles o IPTU, são verdadeiros instrumentos de auxílio à gestão pública, a qual deve sempre buscar satisfazer os interesses do cidadão, seu cliente.

Para melhor ilustrar as possibilidades de utilização do IPTU como instrumento de gestão pública e ao mesmo tempo confirmar sua aplicabilidade, demonstrar-se-á, brevemente, sua estrutura no município de Uberaba-MG e posteriormente do município de Curitiba-PR.

Tabela 3: Imposto Predial e Territorial Urbano de Uberaba/MG.

PREÇO DO m² DO TERRENO VAZIO POR SETOR			
Setor 01	Setor 02		Setor 03
Valor do m² do Terreno acima de R\$ 39,99	Valor do m² do Terreno de R\$ 22,01 a R\$ 39,99		Valor do m² do Terreno até R\$ 22,00
LOTES SEM EDIFICAÇÃO			
Muro e Passeio	Setor 01	Setor 02	Setor 03
Com muro e com calçada	1,5 %	0,750 %	0,300 %
Sem muro e sem calçada	3,0 %	1,5 %	0,500 %
Com muro e sem calçada	2,25 %	1,125 %	0,375 %
Sem muro e com calçada	2,25 %	1,125 %	0,375 %
LOTES COM EDIFICAÇÃO			
Área Construída	Setor 01	Setor 02	Setor 03
Até 50,00 m²	0,125 %	0,125 %	0,100 %
De 50,01 a 75 m²	0,225 %	0,200 %	0,150 %
Acima de 75 m²	0,375 %	0,300 %	0,225 %

Extraído de: prefeitura municipal de Uberaba-MG (2011)

Observando a flexibilidade do IPTU, a prefeitura de Uberaba/MG (2011) como observa-se na tabela 3, utiliza tanto a progressividade fiscal quanto a extrafiscal.

Segundo o Código Tributário do Uberaba-MG, depois de efetuado o cálculo dos valores venais dos imóveis é aplicado sobre os mesmos as alíquotas descritas na tabela 3.

Nos terrenos não construídos, as alíquotas são progressivas de acordo com o valor do m², sendo que conforme esse valor os terrenos são classificados no 01, 02 e 03 setor.

Quando se trata de lotes com área construída, observa-se que as alíquotas também são progressivas, sendo que quanto maior a área construída maior será a alíquota. Assim, o município de Uberaba utiliza vários tipos de alíquotas, dependendo do porte e localização dos terrenos e dos imóveis.

Nota-se também, que a Administração daquele município tem certa preocupação com seus lotes vazios, pois há pelo menos 08 alíquotas diferentes para imóveis sem edificação que possuam ou não muro e calçada, sendo mais severamente tributado o terreno que não tem muro nem calçada. Isso pode ser um grande incentivo para os proprietários de imóveis sem calçada e muro, os construa, dando um melhor ordenamento urbano à cidade.

O artigo 5º do Código Tributário do Município de Uberaba (1989) descreve os bens imóveis classificados como edificados e não edificados. Nota-se que, mesmo sendo construído, o imóvel que não for plenamente utilizado sofrerá tributação como imóvel não

construído, forçando seu proprietário há dar uma melhor destinação ao mesmo, demonstrando que aquele município utiliza o IPTU como ferramenta de gestão urbana.

O município de Curitiba-PR (2011), também, utiliza alíquotas variadas para o IPTU.

Tabela 4: IPTU progressivo e seletivo no município de Curitiba-PR, com objetivos fiscais.

IMÓVEL RESIDENCIAL (IPTU PROGRESSIVO)		NÃO RESIDENCIAL (IPTU PROGRESSIVO E SELETIVO)	
VALOR DO IMÓVEL	ALÍQUOTAS	VALOR DO IMÓVEL	ALÍQUOTAS
Até R\$ 30.918,00	0,20%	Até R\$ 38.712,00	0,35%
De R\$ 38.710,01 a R\$ 54.170,00	0,35%	De R\$ 38.712,01 a R\$ 54.170,00	0,55%
De R\$ 54.170,01 a R\$ 69.630,00	0,55%	De R\$ 54.170,01 a R\$ 69.630,00	0,85%
De R\$ 69.630,01 a R\$ 100.549,00	0,75%	De R\$ 69.630,01 a R\$ 85.090,00	1,60%
De R\$ 100.549,01 a R\$ 146.928,00	0,85%	De R\$ 85.090,01 acima	1,80%
De R\$ 146.928,01 a R\$ 193.307,00	0,95%		
De R\$ 193.307,01 a R\$ 239.685,00	1,00%		
De R\$ 239.685,01 acima	1,10%		

Extraído de: prefeitura municipal de Curitiba-PR (2011).

A tabela 4 demonstra claramente que o município utiliza o IPTU para fins fiscais e extrafiscais. Fiscal quando majora suas alíquotas de acordo com o valor venal do imóvel. Assim, o município arrecada mais quando aplica alíquotas maiores em propriedades consideradas mais caras, além de favorecer os contribuintes mais pobres que irão pagar um imposto menor, chegando à isenção para propriedades com construção mais simples.

Quando se trata de imóveis não residenciais, observa-se que o município utiliza a seletividade e a progressividade conjuntamente, tornando as alíquotas ainda maiores para estes imóveis com relação aos residenciais.

O município de Curitiba, também, utiliza o IPTU para atingir outros objetivos que não a arrecadação, como se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: Aplicação do IPTU para atingir fins sociais e ecológicos no município de Curitiba.

IPTU ECOLÓGICO		IPTU SOCIAL	
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL	DESCONTO	IMÓVEIS BENEFICIADOS	ALÍQUOTAS
Terrenos com bosque nativo considerado relevante, cadastrado pelo município.	Até 100%	Imóveis de padrão simples, de até 70 m² de área construída e com valor venal até R\$ 33.100,00	ISENTO
Terrenos com bosques não cadastrados pelo município	Até 60%	Imóveis de valor histórico ou cultural em excelente estado de conservação	ISENTO
Terrenos com árvores consideradas imunes de corte.	De 10% a 50%	Clubes de futebol amador desde que as instalações do clube sejam colocadas à disposição para atividades esportivas de cunho social	ISENTO
Terrenos com pinheiros isolados e diâmetro superior a 50 centímetros na altura do peito.	De 10% a 50%	Expedicionários, ex-combatentes na II Guerra Mundial, não pagam IPTU do seu imóvel utilizado para residência	ISENTO
Árvore isolada cuja projeção da copada perfaça uma área mínima de 40% da área total do imóvel.	Até 50%	Aposentados e pensionistas com idade superior à 65 anos; aposentados por invalidez independente de idade; beneficiários da lei orgânica de assistência social - LOAS.	ISENTO

Extraído de: prefeitura municipal de Curitiba-PR (2011).

As possibilidades de uso do imposto como ferramenta de auxílio à gestão são tão

diversificadas que Curitiba incluiu no Código Florestal do Município (2000) isenções e descontos no imposto para contribuintes que possuam áreas verdes em suas propriedades e, assim as mantenham, como consta na tabela 5.

Nota-se também, as isenções de cunho social, cultural, histórico e esportivo adotadas pelo município de Curitiba. As Leis Complementares nº 40/01, 10/94 e 44/02 demonstram que imóveis de valor históricos ou cultural, clubes de futebol amador, aposentados e pensionistas que possuam apenas um imóvel são isentos de IPTU.

São tantas as possibilidades de utilização do IPTU que Curitiba (2011) concede redução de 40% a 80% IPTU para propriedades destinadas à produção alimentar como hortifrutigranjeiros. Com essa decisão percebe-se que o município tende a incentivar, através do referido imposto, tal atividade.

4.2 O IPTU NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO: ATUALIDADE E FUTURAS TENDÊNCIAS

Pelo apresentado, observa-se que existe uma grande variedade de legislações municipais, devido às peculiaridades de cada município.

Segundo a Câmara Municipal de Nova Brasilândia D'oeste (2011), o município surgiu com a imigração proporcionada por projetos de assentamento do INCRA que na década de 80 demarcou várias linhas e lotes na região. Sua urbanização se deu no cruzamento da Linha 25 com a linha 13, contando com 194 famílias assentadas em 1982.

Conforme Censo de 2010, o município tem uma população de 19.874 mil habitantes, 5.916 residências, 218 estabelecimentos comerciais e uma economia baseada na produção de café, mandioca e criação de bovinos (IBGE, 2010).

Quando se refere à arrecadação dados do relatório das informações sobre despesas e receitas dos municípios brasileiros - FINBRA - demonstram que a arrecadação de Nova Brasilândia D'Oeste vem tendo um crescimento constante nos últimos anos.

Tabela 6: Arrecadação de Nova Brasilândia D'oeste/RO no triênio 2008-2010.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO			
Descrição da Receita	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2010
Receitas Correntes	R\$ 23.612.040,08	R\$ 25.617.217,52	R\$ 28.197.198,10
Receitas Tributárias	R\$ 466.151,48	R\$ 644.054,81	R\$ 921.491,90
Receitas com IPTU	R\$ 46.518,64	R\$ 78.463,69	R\$ 192.386,13

Extraído de: Secretaria do Tesouro Nacional/FINBRA (2008, 2009, 2010)

Observa-se na tabela 6 que a arrecadação do IPTU quadruplicou no triênio. Contudo, ao se comparar o número de residências e estabelecimentos comerciais, a média de

arrecadação é de R\$ 32,52/imóvel, e caso se computasse os terrenos vazios, o valor seria ainda menor, demonstrando que seu potencial pode ser explorado de uma melhor forma.

Consta-se que no exercício de 2011 o IPTU foi aplicado com base na Lei 796/2009, esta que estabelece critérios para aplicação das alíquotas e formas para se encontrar a base de calculo do referido imposto. Todavia, em dezembro de 2010 foi sancionada a Lei nº 921/2010, que altera a ultima e expõe um novo pensamento sobre a aplicação deste imposto.

Pôde-se observar que no exercício de 2010 e 2011 as únicas alíquotas aplicadas ao IPTU foram de 2% para imóveis construídos e para 7% terrenos. Já as que o município pretende utilizar partir do exercício de 2012 variam muito entre imóveis construídos e terrenos. Consta-se que haverá uma majoração na base de calculo de todos os imóveis na proporção de 50%. Assim, pode-se dizer que a arrecadação do IPTU no exercício 2012 terá um considerável aumento.

Cita-se ainda, que o aumento das alíquotas e da base da calculo não serão as únicas alterações sofridas no IPTU, o município utilizará o imposto para, além de arrecadar, incentivar determinada ação, essas mudanças serão vistas com maior detalhe a partir de agora.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Ao se fazer um contato prévio com os gestores municipais na prefeitura de Nova Brasilândia D' oeste/RO, com o objetivo de se entender melhor o universo da pesquisa e se desenhar o questionário para posterior emprego, descobriu-se que o município está em fase de transição, com relação à aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano.

É importante mencionar que no exercício de 2011 o município utilizou para a aplicação do IPTU a Lei 796/2009. Contudo, este foi o ultimo ano de utilização dessa lei, pois no exercício de 2012 entrará em vigor a nova lei de trata do referido imposto, Lei 921/2010.

Diante dessas mudanças, seria impróprio realizar tal pesquisa com base apenas em dados obtidos do exercício de 2011, tendo em vista a notória mudança de critérios para o uso do IPTU e conseqüentemente da visão que os gestores têm sobre este. Considerou-se também que uma pesquisa focada apenas na aplicação do IPTU em 2012 e sua expectativa não refletiria a sua situação atual.

Por tais razões, decidiu-se fazer uma análise comparativa, onde se confrontou os dados do exercício de 2011 e as perspectiva do IPTU no exercício de 2012.

A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 15 de novembro de 2011, na prefeitura municipal de Nova Brasilândia D' oeste/RO e na Câmara Municipal. Nos locais foi aplicado

questionário, elaborado pelo autor, com perguntas fechadas para seis pessoas, o prefeito, o secretário de fazenda, o assessor técnico de receita, um técnico administrativo, o procurador, e o presidente da câmara de vereadores, com o objetivo de descobrir dados específicos dos questionados e verificar quais os critérios utilizados pela prefeitura de Nova Brasilândia D'oeste/RO na aplicação do IPTU no exercício 2011 e 2012, bem como verificar se tal ente público utiliza o imposto como instrumento de auxílio à gestão pública e, caso não o utilize, descobrir os motivos pelos quais se acha determinante para que isso não ocorra.

Ressalta-se que para tal análise, foi utilizado questionário aplicado aos gestores do IPTU e as Leis 921/2010 e 796/2009, como fonte auxiliar para a confecção e interpretação dos questionários.

O questionário foi dividido em 49 perguntas fechadas e para uma melhor visualização e compreensibilidade, seus resultados foram transcritos em forma de tabela e gráficos, os que se seguem.

Tabela 7: Aplicação do IPTU no município de Nova Brasilândia D'oeste no exercício de 2011 e perspectiva da gestão pública para o exercício de 2012

APLICAÇÃO DO IPTU NO EXERCÍCIO DE 2011		APLICAÇÃO A SER REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2012	
CRITÉRIO DE UTILIZAÇÃO	Alíquota	CRITÉRIO DE UTILIZAÇÃO	Alíquota
Alíquotas variadas para propriedades com construção e sem construção.	2%	Alíquotas progressivas para imóveis com e sem construção	0,5%
		Alíquotas progressivas conforme a quantidade	1%
	7%	Alíquotas progressivas de acordo como a utilização	2%
		Alíquotas progressivas de acordo com a estrutura física	5%
			7%
			10%
			12%,
			15%

Extraído de: questionário aplicado pelo autor (2011)

Utilizando-se do questionário pode-se identificar a mudança que haverá nas alíquotas. Comparando-se os exercícios de 2011 e 2012, percebe-se que o município de apenas 2 alíquotas em 2011 passará a utilizar 8 alíquotas diferentes em 2012.

No exercício de 2011 foi utilizada alíquotas de 7% para terrenos e 2% para construção, não sendo utilizado nenhum outro critério ou variação de alíquotas. Já para o exercício de 2012 pretende-se aplicar alíquotas que variam entre 0,5 e 15%. Isso demonstra que poderá haver uma mudança abrupta na utilização do IPTU pelo município. Sendo que as alíquotas poderão ser progressivas se houver construção ou não no imóvel, progressivas de acordo com a quantidade de imóveis que o contribuinte possua, de acordo com a utilização do imóvel e conforme a estrutura física do mesmo.

Com uma visão mais ampla sobre as possibilidades de aplicação de alíquotas progressivas, o município pretende em 2012 utilizar dessa ferramenta para se atingir vários

objetivos que não apenas o aumento da arrecadação.

Tabela 8: Aplicação do IPTU no município no exercício de 2011 e perspectiva da gestão pública para o exercício de 2012 com a implementação de critérios econômico-sociais.

FATORES ECONÔMICO-SOCIAIS		
CRITÉRIO	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
Progressividade de acordo com o valor venal do imóvel	-----	-----
Desconto ou isenção para aposentados, portadores de necessidades especiais, viúvos (a) e idosos que recebam LOAS.	ISENÇÃO	-----
Propriedades que não possuam o mínimo de estrutura urbana	ISENÇÃO	ISENÇÃO
Alíquotas progressivas de acordo com a quantidade de imóveis	-----	1 imóvel = 0,5%
		De 2 a 3 imóveis = 1%
		Acima de 3 imóveis = 2%
Alíquotas seletivas conforme a utilização do imóvel	-----	Moradia própria = 0,5%
		Comercial = 2%
		Industrial = 2%

Extraído de: questionário aplicado pelo autor (2011)

Com base nos questionários, pode-se elaborar a tabela 8, a qual apresenta alguns critérios econômico-sociais para a aplicação de alíquotas progressivas e isenções.

Nela, percebe-se que o município, podendo utilizar alíquotas progressivas de acordo com o valor venal do imóvel, uma forma de se alcançar justiça fiscal na aplicação do IPTU, e em consonância com o Artigo 156, §1º, I, não o fez no exercício 2011 nem pretende fazer no exercício de 2012.

Com relação às pessoas que estejam em situação desfavorável, idosos, pensionistas, aposentados e deficientes, o município concedeu isenção de IPTU em 2011. Contudo, para o exercício de 2012 não o fará.

Por outro lado, em 2012 continuará a concessão de isenção para imóveis que não possuam pelo menos dois dos seguintes itens, construídos e mantidos pelo ente público: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola pública ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Dentro dos critérios econômico-sociais, no exercício de 2012, o município utilizará alíquotas progressivas para contribuintes que possuam mais de um imóvel, para contribuintes que mesmo tendo um imóvel o utilize para fim diverso que não a moradia própria, como por exemplo, imóvel comercial ou industrial.

A tabela demonstra claramente que os gestores públicos de Nova Brasilândia D'oeste estão procurando tributar com alíquotas maiores quem tem um patrimônio maior, que como citado anteriormente é o mais justo. Nesta esteira, Camargo (2008) pondera que o imóvel para o IPTU é considerado expressão da capacidade contributiva.

Tabela 9: Aplicação do IPTU no município no exercício de 2011 e perspectiva da gestão pública para o exercício de 2012 com a utilização de critérios urbanísticos.

FATORES URBANÍSTICOS		
CRITÉRIO	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
Imóveis residências que possuam ou não muro e calçada	-----	Com muro e calçada = 0,5%
		Com calçada = 1%
		Com muro = 1%
		Sem muro nem calçada = 1%
Construções acabadas em perfeitas condições de uso, construções acabadas e inabitáveis, construções inacabadas	-----	Acabada em perfeitas condições de uso = 0,5%
		Acabada e inabitável = 2%
		Inacabada = 5%, 7%, 10%, 12% e 15%.
Alíquotas progressivas no tempo para terrenos urbanos sem construção	-----	2012 = 5% 2013 e 2014 = 7% 2015 e 2016 = 10% 2017 e 2018 = 12% De 2019 em diante = 15%

Extraído de: questionário aplicado pelo autor (2011)

Nela tabela 9 percebe-se que no exercício de 2011, o município não utilizou nenhum critério urbanístico para a aplicação do IPTU. No entanto, a partir do exercício de 2012, a administração municipal pretende utilizá-lo, amplamente, como instrumento de gestão urbana.

Nota-se que o município almeja usar alíquotas progressivas para induzir o contribuinte a construir muro e calçada, a terminar uma construção inacabada e reformar um imóvel que não tenha condições de uso, e assim conceder o seu devido aproveitamento.

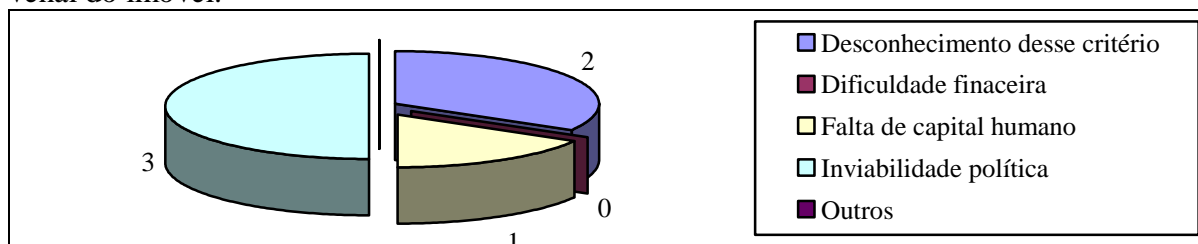
Na referida tabela destaca-se, também, a progressividade no tempo. Tal critério tem por objetivo induzir o proprietário do lote urbano sem construção a construir, e assim, dar uma efetiva destinação ao terreno, sendo que tais alíquotas podem chegar atingir o limite de 15%.

Fica evidente que os gestores de Nova Brasilândia D'oeste/RO, ao contrário do exercício de 2011, vão usar o IPTU como indutor de comportamentos, objetivando o ordenamento urbano. Para Camargo (2008) o IPTU pode tanto ser destinado para atingir objetivos econômico-sociais, quanto servir como instrumento de gestão urbana e realização da função social da propriedade.

Pode-se observar que muitas das possibilidades de utilização do imposto como ferramenta de auxílio à gestão pública não são pretendidas em 2012.

Constatou-se que o IPTU não será utilizado como instrumento de auxílio a gestão ambiental, tão pouco será utilizado para incentivar atividade esportiva, cultura, ou atividade econômica como é feito em outros municípios. Por tais razões, se questionou aos gestores o motivo pelo qual no exercício de 2012 não serão utilizados tais critérios.

Figura 2: Motivo pelo qual não serão utilizadas alíquotas progressivas de acordo com o valor venal do imóvel.



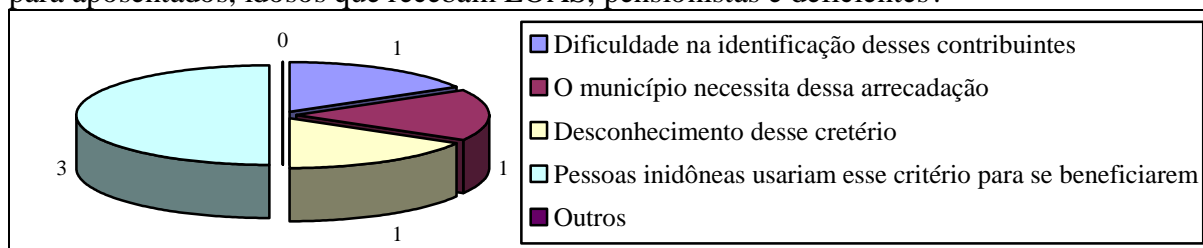
Fonte: elaborado pelo autor (2011)

A figura 2 explica os motivos que os gestores alegaram ser decisivo para a não utilização da progressividade do IPTU no valor venal no exercício de 2012. Sendo que para 3 dos entrevistados o motivo determinante para isso é a inviabilidade política, ou seja, a pressão política que poderiam sofrer caso os mais ricos sofressem uma tributação proporcionalmente maior.

É importante lembrar que o ente público deve observar, na aplicação dos tributos, a capacidade contributiva do sujeito passivo, sob pena de se tributar mais gravosamente a camada mais pobre. Cita-se ainda que com alíquotas progressivas no venal, o município pode elevar sua arrecadação e, por conseguinte, alocar tais recursos em áreas mais necessitadas.

Um dos entrevistados afirmou que falta capital humano para desenvolver esse trabalho, pois fazer um bom levantamento de toda a planta genérica de valores e atualizar a base de cálculo dos imóveis demanda recursos financeiros e um capital humano elevado.

Figura 3: Motivo pelo qual não serão utilizadas alíquotas progressivas, isenções ou descontos para aposentados, idosos que recebam LOAS, pensionistas e deficientes?



Fonte: elaborado pelo autor (2011)

A figura 3 corresponde ao questionamento, feito aos gestores públicos, do porquê o município em 2011 deu isenção para aposentados, idosos que recebam LOAS, pensionistas e deficientes, e até o momento não pretende conceder essas isenções para o exercício de 2012.

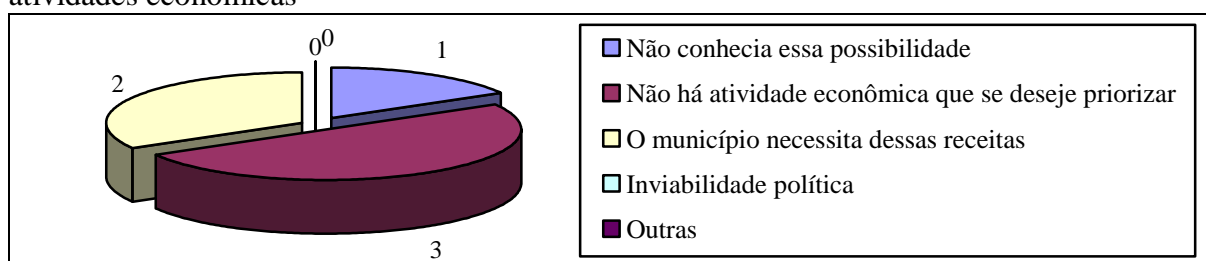
Dos gestores, 3 responderam que pessoas inidôneas usariam esse critério para se beneficiar, cadastrando tios, pais e amigos para receberem tais isenções, 1 respondeu que o motivo da não utilização para 2012 é pela dificuldade que o município possui para identificação desses contribuintes, 1 afirmou que desconhecia esse critério e 1 disse que o município necessita dessas receitas.

Entende-se que a efetivação de uma atualização cadastral constante com dados do beneficiado do imóvel e do grupo familiar poderia inibir a atitude de algumas pessoas desonestas, sob pena prejudicar os mais necessitados.

Ressalta-se que no exercício de 2011 para receber o benefício os contribuintes tiveram que comparecer na prefeitura municipal para efetuar seu cadastro e requerer a isenção. Esse mesmo processo poderia ser utilizado para o exercício de 2012.

Com relação à arrecadação, nos últimos exercícios o município quadruplicou seu valor, mesmo concedendo tais isenções, e com a aplicação de novas alíquotas e atualização da base de cálculo em 50% a expectativa é que a arrecadação do IPTU aumente ainda mais.

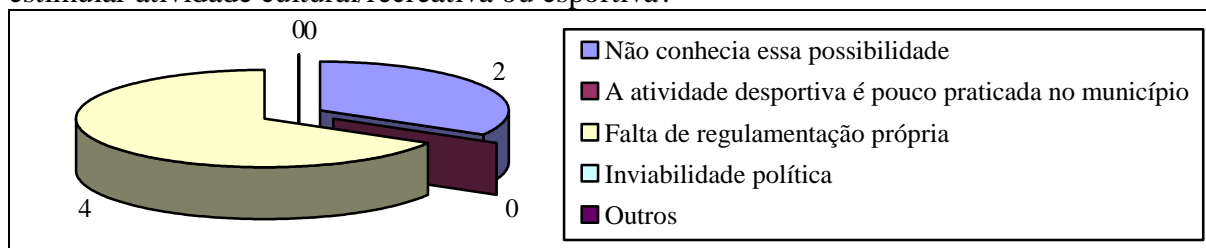
Figura 4: Motivo pelo qual não será concedido desconto ou isenção de IPTU para estimular atividades econômicas



Fonte: elaborado pelo autor (2011)

A figura 4 demonstra que quando questionados sobre o motivo de não usarem o IPTU para estimular alguma atividade econômica no município, 3 dos entrevistados responderam que não há nenhuma atividade que o município deseje priorizar, 2 responderam que o município necessita dessas receitas e 1 respondeu que não conhecia essa possibilidade.

Figura 5: Motivo pelo qual o município não concederá desconto ou isenção de IPTU para estimular atividade cultural/recreativa ou esportiva?



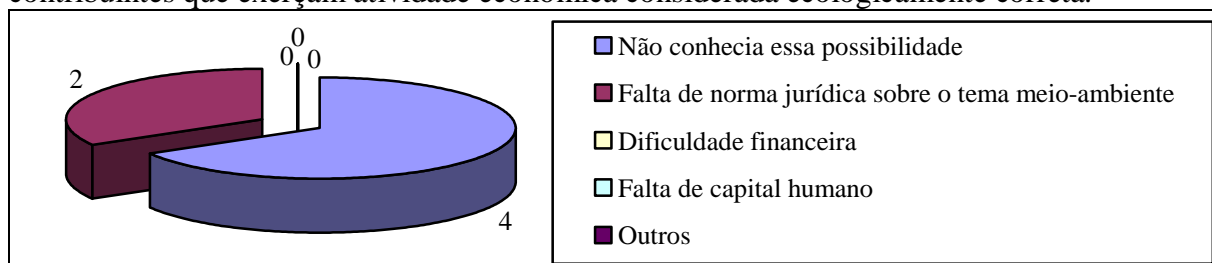
Fonte: elaborado pelo autor (2011)

A figura acima explana que, quando questionados sobre a não aplicação do IPTU para incentivar atividade cultural/recreativa ou esportiva, 4 dos gestores responderam que isso ocorreu por causa da falta de regulamentação própria e 2 responderam que não conheciam essa possibilidade.

Salienta-se que para conceder isenção ou desconto para incentivar tais atividades, o município não necessariamente precisa de uma norma jurídica específica, esse incentivo pode

ser incluído na própria lei que institui o IPTU.

Figura 6: Motivo pelo qual o município não concederá desconto ou isenção para contribuintes que possuam em sua propriedade determinada área verde ou árvore ou para contribuintes que exerçam atividade econômica considerada ecologicamente correta.



Fonte: elaborado pelo autor (2011)

Quando questionados o porquê da não utilizarem o IPTU para incentivar proprietário que possuam áreas verdes ou árvores a protegê-las ou para incentivar atividade econômica considera ecologicamente correta, 4 dos entrevistados afirmaram que não conheciam essa possibilidade de incentivo e 2 afirmaram que não vão utilizar esse tipo de critério por falta de norma jurídica municipal sobre o tema meio-ambiente.

Observa-se que um elevado número de gestores não tem conhecimento da possibilidade de utilização do IPTU como instrumento de proteção ambiental, deixando evidente que muitos desconhecem o poder que a extrafiscalidade proporciona ao Estado.

Com relação há falta de norma jurídica própria para o meio-ambiente, entende-se que realmente trata-se de um tema complexo, devendo o mesmo ser debatido entre os gestores e a população, pois cada município possui suas características ambientais próprias. Dessa forma a isenção ou desconto de IPTU para o critério meio-ambiente não pode ser tratado simplesmente na legislação tributária como nos outros casos. E quando da criação dessa legislação o município pode incluir a isenção para proteção de reservas ou desconta para os contribuintes que reflorestarem as margens dos rios urbanos, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa constatou-se que a tributação é considerada um dos principais poderes outorgados ao Estado para que esse mantenha seus gastos e estrutura. Contudo, a arrecadação não é o único objetivo da tributação. Sendo que através da extrafiscalidade o Estado pode incentivar ou restringir ações, interferir na economia privada, proteger o meio-ambiente, etc.

Com relação ao uso do IPTU para esse fim descobriu-se que, no exercício de 2011, o município de Nova Brasilândia D'oeste utilizou-o somente como elemento de arrecadação. Percebendo a eficácia da extrafiscalidade do IPTU, o município pretende utilizar o imposto

como ferramenta de auxílio à gestão pública urbana no exercício de 2012. E para isso almeja alíquotas progressivas para estimular e inibir comportamentos voltados à urbanização e isso trará grandes mudanças no ordenamento urbano municipal. Contudo, questiona-se se a prefeitura conseguirá utilizar esse critério com eficiência e assim atingir seus objetivos.

Por outro lado, mesmo tendo evoluído de uma tributação somente fiscal para fiscal e extrafiscal, o município ainda encontra algumas dificuldades para implementar uma tributação mais justa. Cita-se o passo negativo que se deu ao não conceder desconto ou isenção, em 2012, para população mais necessitada, o que já vinha sendo feito em 2011, e a não utilização de alíquotas progressivas conforme o valor venal do imóvel torna a tributação do município desigual, o que fere o princípio da isonomia tributária.

No caso das isenções e descontos para pessoas mais necessitadas, o problema parece estar na estrutura cadastral dos imóveis e contribuintes. No caso da progressividade no venal, as pressões políticas parecem ser o principal motivo da não utilização desse critério, pois a classe mais rica, uma minoria detentora do poder, é quem sofreria uma tributação proporcionalmente maior. Além disso, outro problema encontra-se na planta genérica de valores do município. Os valores venais constantes no cadastro imobiliário do município estão defasados e há muito tempo não são revistos. Desta forma mesmo que se apliquem alíquotas progressivas o valor final do imposto será mínimo e não refletirá sua realidade.

Mesmo que se majore a base de cálculo do IPTU em 50% para o ano de 2012, como pretendido, não se conseguirá resolver o problema da defasagem da planta genérica de valores. O mais indicado é fazer uma reavaliação de todos os imóveis. E para que não se tenha novamente uma subavaliação exorbitante o poder executivo, através de decreto, pode fazer uma atualização monetária anual, com base em índices oficiais de inflação.

Cumprir observar que a falta de conhecimento dos gestores quanto a algumas possibilidades de utilização do IPTU como ferramenta de auxílio à gestão, pode ter contribuído, significativamente, para a não aplicação de alguns dos critérios progressivos e seletivos citados nesse trabalho.

A pesquisa demonstrou que existem várias possibilidades de utilização do IPTU como ferramenta de auxílio à gestão no alcance de qualquer objetivo, seja ele econômico, social, ambiental, esportivo, cultural etc. não sendo possível esgotar todas essas possibilidades neste trabalho. Desta forma, verifica-se que essa forma de aplicação do imposto pode ser uma vasta fonte de debates no meio político e acadêmico, tendo em vista ser um tema atual e muito importante para a coletividade.

REFERÊNCIAS

- 1 ANASTASIA, Antônio Augusto Junho. **O IPTU como Instrumento de Administração Urbana**. Belo Horizonte, MG: Anál. & Conj., n.1, ano 1, jan./abr. 1986. p.149-164. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseeconjuntura/viewarticle.php?id=10>>. Acesso em: 6 out. 2011.
- 2 ANDRADE, Nilton de Aquino; et al. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2005.
- 3 ARANHA, Marcelo de Araujo. **O princípio da anterioridade tributária**. Direito.net, 26 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2821/O-Principio-da-Anterioridade-Tributaria>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- 4 BERGUE, Sandro Trescastro; et al. **Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea**. Porto Alegre, MG: Análise, v.22, n.1, jan./jun. 2011. p.31-43. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/9778/6701>>. Acesso em: 23 out. 2011.
- 5 BETINI, Roberto Cezar; REZENDE, Denis Alcides; FREY, Klaus. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. I Seminário Internacional em Gestão Urbana. Curitiba, PR: Editora da PUC-PR, 2003. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/29555-29571-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2011.
- 6 BISCARO, Cibele; ZMITROWICZ, Witold. **A organização administrativa do município e o orçamento municipal**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1998. Disponível em: <<http://publicacoes.pcc.usp.br/PDF/ttcap20.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2011.
- 7 BRAGA, Renê Moraes da Costa; FRATTARI, Rafael. **O princípio da isonomia tributária e a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, CE: jun. 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4051.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- 8 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- 9 _____. CTN (1966). Código Tributário Nacional. Brasília: Senado, 1966.
- 10 _____. CCB (2002). Código Civil Brasileiro. Brasília: Senado, 2002.
- 11 CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO. **24 anos de história: parabéns Nova Brasilândia**. Nova Brasilândia D'oeste, RO: Câmara Municipal, 2011. Disponível em: <http://www.camaranbo.ro.gov.br/resultado_noticias.asp?id=123>. Acesso em: 10 nov. 2011.
- 12 CARVALHO, Pedro Humberto de. **Texto para discussão n° 1417: aspectos distributivos do IPTU e do patrimônio imobiliário das famílias brasileiras**. Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada - IPEA: Rio de Janeiro, ago. 2009. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4950&Itemid=2>. Acesso em: 1 set. 2011.

13 _____. **Texto para Discussão Nº 1251**: IPTU no Brasil: progressividade, arrecadação e aspectos extra-fiscais. Brasília: IPEA, dez. 2006. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1251.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2011.

14 CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

15 CHADE, Jamil. O Estadão. **Para ONU, sistema tributário do país dificulta avanços sociais**. São Paulo: Estadão, 26 fev. 2010. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-onu-sistema-tributario-do-pais-dificulta-avancos-sociais,516607,0.htm?p=1>> Acesso em: 06 nov. 2011.

16 COELHO, Werner Nabiça. **IPTU, zona urbana e alíquotas perante o sistema federativo e emenda constitucional n. 29/2000**. Teresina, PI: Jus Navigandi, ano 8, n.118, 30 out. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4388>>. Acesso em: 1 mar. 2011.

17 CURITIBA. Lei Complementar nº 40, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os tributos municipais e dá outras providências. Curitiba, PR: 18 dez. 2001. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/iptu-isencao-e-reducao-secretaria-municipal-de-financas/373>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

18 _____. Lei Complementar nº 10, de 4 de dezembro de 1994. Isenta do pagamento do Imposto Imobiliário (IPTU) e Taxas específicas, os clubes amadores filiados à Federação Paranaense de Futebol. Curitiba, PR: 4 dez. 1994. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/iptu-isencao-e-reducao-secretaria-municipal-de-financas/373>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

19 _____. Lei Complementar nº 44, de 19 de dezembro de 2002. Concede redução do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, para a pessoa idosa. Curitiba, PR: 19 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/iptu-isencao-e-reducao-secretaria-municipal-de-financas/373>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

20 _____. Lei 9.806, de 03 de janeiro de 2000. Institui o Código Florestal do Município de Curitiba, e dá outras providências. Curitiba, PR: 3 jan. 2000. Disponível em:
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/multimidia/00086314.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

21 DIAS, Emerson de Paulo. **Conceitos de gestão e administração**: uma revisão crítica. Franca, SP: Revista Eletrônica de Administração – Facef – vol.1, ed. 1, jun./dez. 2002. Disponível em: <http://www.facef.br/rea/edicao01/ed01_art01.pdf>. Acesso em: 21 out. 2011.

22 FRAGA, Henrique Rocha. **O IPTU e suas principais características**. Belo Horizonte, MG: Editora Fórum, 2010. Disponível em:
<http://www.rochaeфраga.com.br/publicacoes/o_ipitu_e_suas_principais_caracteristicas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2011.

- 23 GABRIEL, Ivana Mussi. **O município na Constituição brasileira**: competência legislativa. Teresina, PI: Jus Navigandi, ano 15, n.2397, 23 jan. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14240>>. Acesso em: 24 set. 2011.
- 24 HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 16. ed. revist. ampl. – São Paulo: Atlas, 2007a.
- 25 HARADA, Kiyoshi. Sistema tributário na Constituição Federal de 1988: tributação progressiva. 3. ed. revist. atual. EC 53/06. Curitiba: Juruá, 2007b.
- 26 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rondonia.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2011.
- 27 JUND, Sergio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- 28 LANDIN, Márcio; MAGANHINI, Thais Bernardes. **A função social do tributo**. I Encontro de Estudos Tributários – ENET. Londrina: Instituto de Direito Tributário de Londrina, set. 2006. Disponível em:< <http://www.idtl.com.br/artigos/173.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.
- 29 LOBO, Marcela Santana. **A atividade financeira do Estado e competência tributária no Brasil**. Teresina, PI: Jus Navigandi, ano 16, n.2855, 26 abr. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18972>>. Acesso em: 9 set. 2011.
- 30 MINISTÉRIO DA FAZENDA. Escola de Administração Fazendária. **Programa Nacional de Educação Fiscal**: Função social dos tributos. 4.ed. Brasília: ESAF, 2009.
- 31 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada – IPEA. Comunicados do IPEA. **O uso dos instrumentos de financiamento para a política urbana no Brasil**. IPEA: Brasília, 20 set. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10495&catid=1&Itemid=7>. Acesso em: 8 out. 2011.
- 32 _____. **Desigualdade e justiça tributária**. IPEA: Brasília, 15 mai. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/DesigualdadeJusticaTributaria_CDES.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2011.
- 33 MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 7. ed. atual. Ec. nº 55/07. São Paulo: Atlas, 2007.
- 34 NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE. Lei Complementar nº 921/2010. Cumpre o art. 253, do CTM no que trata do imposto sobre a propriedade territorial e predial urbana e dá outras providências. Nova Brasilândia D'oeste, RO: Câmara Municipal, 2010.
- 35 _____. Lei Municipal nº 796/2009. Altera a Lei 576/2006 e dá outras providências. Nova Brasilândia D'oeste, RO: Câmara Municipal, 2009.

- 36 OSÓRIO, Fabio Medina. **Novos rumos da gestão pública brasileira: dificuldades teóricas e operacionais?**. Salvador: Revista Eletrônica Sobre a Reforma do Estado – RERE, ano 1, n.1, mai. 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-1-MAR%C7O-2005-FABIO%20MEDINA%20OSORIO.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.
- 37 PEREIRA, José Matias et al. (ORG). **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.
- 38 PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2004.
- 39 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. **Como é calculado o IPTU?**. Uberaba, MG: Prefeitura Municipal de Uberaba, 2011. Disponível em: <http://pmu2.uberaba.mg.gov.br/tributos/calculo_imposto.htm>. Acesso em: 2 nov. 2011.
- 40 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Tabela do IPTU**. Secretaria Municipal de Finanças: Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/iptu-tabela-secretaria-municipal-de-financas/368>>. Acesso em: 2 nov. 2011.
- 41 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Isenção e redução: quem tem direito a isenção ou redução do IPTU**. Secretaria Municipal de Finanças: Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/iptu-isencao-e-reducao-secretaria-municipal-de-financas/373>>. Acesso em: 2 nov. 2011.
- 42 SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- 43 SALVADOR, Evilásio da Silva. **A distribuição da carga tributária: quem paga a conta?**. São Paulo: Boitempo Editorial, v.1, 2007. p.79-92. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/professores/eduardo/Outros/RH%20-%20Trabalho%20-%20Distribui%E7%E3o%20da%20Carga%20Tribut%E1ria.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.
- 44 SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Finanças do Brasil, FINBRA. **Relatório das informações sobre as receitas e despesas dos municípios**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2008.
- 45 _____. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009.
- 46 _____. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2010.
- 47 SILVA, Daniel Cavalcante. **A finalidade extrafiscal do tributo e as políticas públicas no Brasil**. Dir. Pol. Pub. e Mundial. Brasília: PRISMA, v.4, n.1, jan/jul. 2007. p.98-122. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/viewFile/218/219>>. Acesso em: 7 out. 2011.
- 48 TOKARSKI, Luiz Edilson. **Capacidade contributiva: limite ao poder de tributar**. Curitiba: Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil, 2009. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/edison-luis-tokarski.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2011.
- 49 TOLENTINO, Luis Fernando Simões. **A inconstitucionalidade da progressividade fiscal do IPTU ante as decisões do STF e a emenda constitucional nº 29**. Teresina: Jus

Navigandi, ano 8, n.66, 1 jun. 2003. Disponível em:
<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4163>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

50 UBERABA, Lei n.º 4.388, de 27 de dezembro de 1989. Institui o Sistema Tributário do município de Uberaba-MG. Uberaba, MG: 27 dez. 1989. Disponível em:
<<http://pmu2.uberaba.mg.gov.br/tributos/tributos.php>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

51 VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. **As funções da Administração Pública**. Brasília: Conteúdo Jurídico, 11 mar. 2011. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31496>>. Acesso em: 23 out. 2011.

52 VIEGAS, Viviane Nery. **Justiça fiscal e igualdade tributária**: a busca de um enfoque filosófico para a tensão entre poder de tributar e direito de tributar frente à modernidade tardia no Brasil. UniBrasil – Faculdades Integradas do Brasil. Curitiba, PR: Revista Direitos Fundamentais & Democracia, n.7, v.7, jan./jun. 2010. p.66-89. Disponível em:
<<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/260/219>>. Acesso em: 10 set. 2011.

53 VIOL, Andréa Lemgruber. **A finalidade da tributação e sua difusão na sociedade**. II Seminário de Política Tributária. Brasília: jun. 2005. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/Eventos/SeminarioII/Texto02A/FinalidadedaTributacao.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.

54 ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito tributário**: atualizado. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Este questionário tem por objetivo a aplicação prática de pesquisa de campo na prefeitura municipal de Nova Brasilândia D' oeste/RO, como propósito acadêmico de levantamento de dados para serem integrados ao Artigo de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* Cacoal-RO.

1. Data do preenchimento do questionário, ____/____/____; Horário:____:____; Local:_____.

2. Responsável pelo preenchimento do questionário:

- () Prefeito
- () Assessor Técnico de Receita
- () Técnico de Receita
- () Procurador Municipal
- () Outros_____.

3. Sexo

- () Masculino
- () Feminino

4. Qual setor da prefeitura em que trabalha?

- () Gabinete
- () Setor de Receita
- () Departamento Jurídico
- () Outros_____.

4.1 Há quanto tempo trabalha no setor?

- () menos de 1 ano
- () de 1 a 2 anos
- () de 2 a 3 anos
- () de 3 a 5 anos
- () mais de 5 anos

4. Escolaridade:

- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Outros_____.

5. Existe na prefeitura algum Setor responsável pelo planejamento da aplicação e arrecadação do IPTU?

- () Sim
- () Não

5.1 Se existe, você trabalha nele?

- () Sim
- () Não

5.2 Se existe um Setor responsável pelo planejamento, aplicação e arrecadação do IPTU, quais as atribuições desenvolvidas neste Setor?

- () Lançamento do Crédito Tributário
- () Liquidação do Imposto
- () Cobrança
- () Atualização dos Cadastros Imobiliários
- () Outros:_____.

6. No exercício de 2011 o município de Nova Brasilândia aplicou alíquotas diferentes para o IPTU?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.1. Se aplicou alíquotas diferentes qual foi critério para a diferenciação?

- ☐ Alíquotas diferentes para terrenos sem construção e terrenos com construção
- ☐ Alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel
- ☐ Alíquotas diferentes de acordo com valor do imóvel
- ☐ Alíquotas diferentes de acordo com a utilização – residencial, comercial e industrial
- ☐ Outros critérios_____.

6.1.1 Caso as alíquotas sejam diferentes para terrenos com e sem construção, qual o seu valor para imóveis com construção?

- ☐ 1%
- ☐ 2%
- ☐ 3%
- ☐ 4%
- ☐ Outras_____.

6.1.2 Caso as alíquotas sejam diferentes para terrenos com e sem construção, qual o seu valor para imóveis sem construção?

- ☐ 5%
- ☐ 6%
- ☐ 7%
- ☐ 8%
- ☐ Outras_____.

6.1.3 Caso as alíquotas sejam variadas conforme a localização qual o critério?

- ☐ Critério por Bairro
- ☐ Critério por Setor
- ☐ Critério por Rua
- ☐ Outros_____.

6.1.3.1 Caso as alíquotas sejam variadas *conforme a localização* qual o seu valor?

- ☐ 1%
- ☐ 2%
- ☐ 3%
- ☐ 4%
- ☐ Outras_____.

6.1.4 Caso as alíquotas sejam variadas *de acordo com valor do imóvel*, qual o seu valor?

- ☐ 1%
- ☐ 2%
- ☐ 3%
- ☐ 4%
- ☐ Outras_____.

6.1.5 Caso as alíquotas sejam variadas *de acordo com a utilização* do imóvel, qual o seu valor se residencial?

- ☐ 1%
- ☐ 2%
- ☐ 3%
- ☐ 4%
- ☐ Outras_____.

6.1.6 Caso as alíquotas sejam variadas *de acordo com a utilização* do imóvel, qual o seu valor se comercial ou industrial?

- ☐ 1%
- ☐ 2%
- ☐ 3%
- ☐ 4%
- ☐ Outras_____.

6.1.7 Caso as alíquotas sejam variadas *de acordo com a utilização* do imóvel, qual o seu valor se industrial?

- ☐ 1%
- ☐ 2%
- ☐ 3%
- ☐ 4%
- ☐ Outras_____.

7. No exercício de 2011 o município de Nova Brasilândia D' oeste/RO concedeu isenção de IPTU para se atingir determinado fim social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7.1 Se concedeu qual foi o contribuinte e tipo de benefício?

- | | | | |
|--|----------------------------------|-----------------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> Aposentados | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto | Valor_____ |
| <input type="checkbox"/> Pensionistas | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto | Valor_____ |
| <input type="checkbox"/> Associações | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto | Valor_____ |
| <input type="checkbox"/> Famílias de Baixa Renda | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto | Valor_____ |
| <input type="checkbox"/> Idosos que recebam LOAS | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto | Valor_____ |
| <input type="checkbox"/> Outros_____ | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto | Valor_____ |

7.2 No exercício de 2011 o município de Nova Brasilândia D' oeste/RO concedeu isenção de IPTU para imóveis que se encontre em determinadas áreas?

- ☐ Sim
☐ Não

7.3 Se concedeu, quais os tipos de áreas beneficiada?

- ☐ áreas inundáveis
☐ áreas alagáveis
☐ áreas de preservação permanente
☐ áreas próximas à rios e riachos
☐ Outras_____.

8. No exercício de 2012 o município de Nova Brasilândia D' oeste/RO utilizará alíquotas diferentes na aplicação do IPTU?

- ☐ Sim
☐ Não

8.1. Se utilizará alíquotas diferentes existirá algum critério econômico-social para sua aplicação?

- ☐ Sim
☐ Não

8.1.1 Se utilizará alíquotas diferentes conforme critérios econômico-sociais quais são seus elementos?

- ☐ Alíquotas variadas conforme a quantidade de imóvel que o contribuinte possui.
☐ Alíquotas variadas conforme a destinação do imóvel, residencial, comercial e industrial.
☐ Alíquotas variadas conforme o valor do imóvel, alíquotas progressivas.
☐ Alíquotas variadas, desconto ou isenção para aposentados, idosos que recebem LOAS, pensionistas e deficientes.
☐ Outros_____.

8.1.1.1 Se as alíquotas forem diferenciadas conforme a quantidade, qual é o número de imóveis para que haja a variação e o valor das alíquotas?

- | 1 imóvel | 2 imóveis | 3 imóveis | 4 imóveis | mais de 4 imóveis |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% |
| <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% |
| <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% |
| <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% |
| <input type="checkbox"/> mais de 3% | <input type="checkbox"/> mais de 3% | <input type="checkbox"/> mais de 3% | <input type="checkbox"/> mais de 3% | <input type="checkbox"/> mais de 3% |

8.1.1.2 Se as alíquotas forem variadas conforme a destinação do imóvel qual o tipo de imóvel e valor das alíquotas?

- | <input type="checkbox"/> Residencial | <input type="checkbox"/> Comercial | <input type="checkbox"/> Industrial |
|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% |
| <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% |
| <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% |
| <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% |
| <input type="checkbox"/> mais que 3% | <input type="checkbox"/> mais que 3% | <input type="checkbox"/> mais que 3% |

8.1.1.3 Se o município de Nova Brasilândia D' oeste/RO utilizará alíquotas progressivas de acordo com o valor venal do imóvel, qual o valor dos imóveis e das alíquotas?

- | De 15.000,00 a R\$ 30.000,00 | De 30.000,00 a R\$ 150.000,00 | Mais de 150.000,00 |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Isento | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 2% |
| <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 3% |
| <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 4% |
| <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 4% | <input type="checkbox"/> 5% |
| <input type="checkbox"/> mais de 2% | <input type="checkbox"/> mais de 4% | <input type="checkbox"/> mais de 5% |

8.1.1.4 Se não utilizará alíquotas progressivas conforme o valor do imóvel qual o motivo?

- ☐ desconhecimento desse critério
☐ dificuldade financeira do município
☐ falta de capital humano para elaboração dos trabalhos
☐ inviabilidade política.
☐ não é tão vital ao município não necessita aumentar sua arrecadação própria
☐ Outras_____.

8.1.1.4 Se utilizará alíquotas variadas ou isenção para aposentados, idosos que recebem LOAS, pensionistas e deficientes, quais serão os contribuintes beneficiados e o valor das alíquotas e descontos se for o caso?

- | | | | |
|--------------------------------------|--|---------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Aposentados | <input type="checkbox"/> Idosos que recebem LOAS | <input type="checkbox"/> Pensionistas | <input type="checkbox"/> Deficientes |
| <input type="checkbox"/> 0,2% | <input type="checkbox"/> 0,2% | <input type="checkbox"/> 0,2% | <input type="checkbox"/> 0,2% |
| <input type="checkbox"/> 0,3% | <input type="checkbox"/> 0,3% | <input type="checkbox"/> 0,3% | <input type="checkbox"/> 0,3% |
| <input type="checkbox"/> 0,4% | <input type="checkbox"/> 0,4% | <input type="checkbox"/> 0,4% | <input type="checkbox"/> 0,4% |
| <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Isenção |
| <input type="checkbox"/> Desconto | <input type="checkbox"/> Desconto | <input type="checkbox"/> Desconto | <input type="checkbox"/> Desconto |
| Valor Desconto_____ | Valor Desconto_____ | Valor Desconto_____ | Valor Desconto_____ |

- ☐ Associações
☐ 0,2%
☐ 0,3%
☐ 0,4%
☐ Isenção
☐ Desconto
Valor Desconto_____

8.1.1.5 Se não utilizará alíquotas variadas, isenção ou desconto para aposentados, idosos que recebem LOAS, pensionistas e deficientes, qual o motivo para não diferenciação?

- ☐ dificuldade na identificação desses contribuinte
☐ o município necessita dessa arrecadação
☐ desconhecimento desse critério
☐ pessoas inidôneas usariam desse critério para se beneficiarem
☐ Outros motivos_____.

9 Se utilizará alíquotas diferentes existirá algum critério urbanístico?

- ☐ Sim
☐ Não

9.1 Se utilizará alíquotas diferentes conforme critérios urbanísticos quais são seus elementos?

- ☐ Alíquotas variadas para imóveis que possuam muro.
☐ Alíquotas variadas para imóveis que possuam calçada.
☐ Alíquotas variadas para imóveis que possuam muro e calçada.
☐ Alíquotas variadas conforme as condições do imóvel.
☐ Alíquotas progressivas para terrenos sem construção.
☐ Outros critérios_____.

9.1.1 Se utilizará os critérios calçada e muro, quais serão as variações das alíquotas?

- | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Com muro | Com calçada | Com muro e calçada | Sem muro e sem calçada |
| <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% | <input type="checkbox"/> 0,5% |
| <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 1% |
| <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 2% |
| <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 3% |
| <input type="checkbox"/> Mais de 3% | <input type="checkbox"/> Mais de 3% | <input type="checkbox"/> Mais de 3% | <input type="checkbox"/> Mais de 3% |

9.1.2 Se utilizará alíquotas variadas conforme as condições de utilização do imóvel qual é sua variação e critérios adotados?

Construção acabada em perfeitas condições de uso. Construção acabada e inabitável

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0,5 | <input type="checkbox"/> 1% |
| <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 2% |
| <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 3% |
| <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 4% |
| <input type="checkbox"/> 4% | <input type="checkbox"/> 5% |
| <input type="checkbox"/> acima de 4% | <input type="checkbox"/> acima de 5% |

Construção inacabada

- ☐ 1%
☐ 2%
☐ 3%
☐ 4%
☐ 5%
☐ mais de 5%

9.1.3 Utilizará de alíquotas variadas para terrenos vazios, sem construção, essas alíquotas são progressivas com o passar do tempo?

- ☐ Sim
☐ Não

9.1.3.1 Se as alíquotas vão aumentar conforme os anos, qual a variação por período de tempo?

- | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | 5º ano | 6º ano | 7º ano | 8º ano |
|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1% | <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 6% | <input type="checkbox"/> 9% | <input type="checkbox"/> 10% | <input type="checkbox"/> 11% | <input type="checkbox"/> 11% | <input type="checkbox"/> 11% |
| <input type="checkbox"/> 2% | <input type="checkbox"/> 4% | <input type="checkbox"/> 7% | <input type="checkbox"/> 10% | <input type="checkbox"/> 11% | <input type="checkbox"/> 12% | <input type="checkbox"/> 12% | <input type="checkbox"/> 12% |
| <input type="checkbox"/> 3% | <input type="checkbox"/> 5% | <input type="checkbox"/> 9% | <input type="checkbox"/> 11% | <input type="checkbox"/> 12% | <input type="checkbox"/> 13% | <input type="checkbox"/> 13% | <input type="checkbox"/> 13% |
| <input type="checkbox"/> 4% | <input type="checkbox"/> 6% | <input type="checkbox"/> 9% | <input type="checkbox"/> 12% | <input type="checkbox"/> 13% | <input type="checkbox"/> 14% | <input type="checkbox"/> 14% | <input type="checkbox"/> 14% |
| <input type="checkbox"/> 5% | <input type="checkbox"/> 7% | <input type="checkbox"/> 10% | <input type="checkbox"/> 13% | <input type="checkbox"/> 14% | <input type="checkbox"/> 15% | <input type="checkbox"/> 15% | <input type="checkbox"/> 15% |
| <input type="checkbox"/> + de 5% | <input type="checkbox"/> + de 7% | <input type="checkbox"/> + de 10% | <input type="checkbox"/> + de 13% | <input type="checkbox"/> + de 14% | <input type="checkbox"/> + de 15% | <input type="checkbox"/> + de 15% | <input type="checkbox"/> + de 15% |

10. No exercício de 2012, será concedido algum desconto ou isenção do IPTU para estimular determinada atividade econômica, qualquer que seja?

- ☐ Sim
☐ Não

10.1 Se será concedido, qual é a atividade econômica contemplada?

- | | | |
|--|----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Industrial | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto Valor _____ |
| <input type="checkbox"/> Comercio Varejista | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto Valor _____ |
| <input type="checkbox"/> Artesanal | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto Valor _____ |
| <input type="checkbox"/> Comercio Atacadista | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto Valor _____ |
| <input type="checkbox"/> Outras _____. | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto Valor _____ |

10.2 Se não concederá, qual motivo pode ser considerado determinante para isso?

- ☐ não conhecia essa possibilidade
☐ não há nenhuma atividade econômica que o município deseje priorizar
☐ o município necessita dessas receitas
☐ inviabilidade política
☐ Outras _____.

11. No exercício de 2012, a prefeitura concederá algum desconto ou isenção de IPTU para estimular qualquer atividade cultural/recreativa ou esportiva?

- ☐ Sim
☐ Não

11.1 Se for cultural/recreativa qual é a atividade?

- | | | |
|---|----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Comércio de livros (livrarias) | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> Bancas de Revistas | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> Locadoras de Vídeo | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> Clubes Recreativos | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> Outras _____. | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |

11.2 Se for desportiva qual é a atividade?

- | | | |
|------------------------------------|----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> futebol | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> atletismo | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> natação | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |
| <input type="checkbox"/> voleibol | <input type="checkbox"/> Isenção | <input type="checkbox"/> Desconto, Valor _____. |

11.3 Se não concederá incentivo ou isenção, qual motivo pode ser considerado determinante para isso?

- ☐ não conhecia essa possibilidade de incentivo
☐ a atividade desportiva é pouco praticada no município
☐ falta de regulamentação própria
☐ inviabilidade política
☐ Outras _____.

12. **No exercício de 2012**, o município de Nova Brasilândia D' oeste/RO, dará algum abatimento ou isenção para contribuintes que possuam em sua propriedade, determinada área verde ou árvore para incentivar sua proteção?

- ☐ Sim
☐ Não

12.1 Se concederá qual será o tipo de incentivo?

- ☐ Isenção
☐ Desconto ☐ Valor do desconto _____.

13. **No exercício de 2012**, o município concederá desconto ou isenção para contribuintes que exerçam atividade econômica considerada ecologicamente correta?

- ☐ Sim
☐ Não

13.1 Se concederá, qual será o tipo de incentivo?

- ☐ Isenção
☐ Desconto ☐ Valor do desconto _____.

13.2 Se não concederá, qual motivo se acha determinante para que isso não ocorra?

- ☐ não tinha conhecimento dessa possibilidade
☐ falta de norma jurídica municipal sobre o tema meio-ambiente
☐ dificuldade financeira
☐ falta de capital humano
☐ Outros _____.

ANEXOS

ANEXO A

Estruturas das alíquotas do IPTU de alguns municípios com população acima de 100 mil habitantes e que adotam o IPTU progressivo 2004-2005.

Município/UF	Critério de variação	Alíquota residencial	Alíquota não residencial	Alíquota territorial	Ano de vigência
Macapá/AP	Valor	04 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.00% (< 5) 0.65% (de 5 a 10) 0.70% (de 10 a 50) 0.80% (> 50)	04 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.00% (< 5) 0.75% (de 5 a 25) 0.80% (de 25 a 100) 1.10% (> 100)	03 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.90% (< 7.5) 1.00% (de 7.5 a 30) 1.10% (> 30)	2002
Belém/PA	Valor	05 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.15% (< 15) 0.30% (de 15 a 35) 0.40% (de 35 a 90) 0.50% (de 90 a 145) 0.60% (> 145)	04 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.50% (< 5) 1.00% (de 5 a 10) 1.50% (de 10 a 35) 2.00% (> 35)	05 alíquotas Faixas (R\$ mil) 1.00% (< 30) 1.50% (de 30 a 65) 2.00% (de 65 a 145) 2.50% (de 145 a 320) 3.00% (> 320)	1998
Marabá/PA	Padrão de Construção	04 alíquotas Padrão 0.50% (Popular) 0.70% (Médio) 0.80% (Alto) 1.00% (Luxo)	04 alíquotas Padrão 1.00% (Popular) 1.60% (Médio) 1.90% (Alto) 2.20% (Luxo)	10 alíquotas conforme melhoramentos e valor venal do imóvel 3.00% a 4.20%	2000
Palmas/TO	Localização	05 alíquotas 0.30%, 0.35%, 0.40%, 0.45% e 0.50% (por zona fiscal)	05 alíquotas 0.30%, 0.35%, 0.40%, 0.45% e 0.50% (por zona fiscal)	06 alíquotas 1.50%, 1.75%, 2.00%, 2.25% e 2.50% (por zona fiscal) 5.00% (área no qual não foi realizado microparcelamento)	2002
Dourados/MS	Valor	04 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.50% (> 20) 0.60% (de 20 a 50) 0.70% (de 50 a 110) 0.80% (< 110)	03 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.60% (> 50) 0.70% (de 50 a 100) 0.80% (< 110)	04 alíquotas Faixas (R\$ mil) 1.50% (> 8) 2.00% (de 8 a 15) 2.50% (de 15 a 40) 3.00% (< 40)	2003
Rondonópolis/MT	Condições/Localização	09 alíquotas 0.20%, 0.40% e 0.80% (com muro e passeio) 0.25%, 0.50% e 1.00% (com muro ou passeio) 0.30%, 0.80% e 1.60% (sem muro e passeio) por zona fiscal	09 alíquotas 0.20%, 0.40% e 0.80%. (com muro e passeio) 0.25%, 0.50% e 1.00%. (com muro ou passeio) 0.30%, 0.80% e 1.60% (Sem muro e passeio) por zona fiscal	09 alíquotas 1.00%, 1.50% e 2.50% (com muro e passeio) 1.50%, 2.00% e 3.00% (com muro ou passeio) 2.00%, 3.00% e 5.00% (sem muro e passeio) por zona fiscal	2002
Itapeçerica da Serra/SP	Tamanho	03 alíquotas 0.50% (< 200 m²) 1.00% (200 a 16.000 m²) 1.50% (> 16.000 m²)	03 alíquotas 0.50% (< 200 m²) 1.00% (200 a 16.000 m²) 1.50% (> 16.000 m²)	03 alíquotas 1.50% (< 5.000 m²) 2.00% (5000 a 16000) 3.00% (> 16.000 m²)	1998
Maringá/ PR	Localização	03 alíquotas 0.30%, 0.60% e 1.00%.	03 alíquotas 0.30%, 0.60% e 1.00%.	01 alíquota 3.00%	1995
Bagé/RS	Valor	03 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.80% (< 77.4) 0.90% (77.4 a 154.9) 1.00% (> 154.9)	03 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.80% (< 77.4) 0.90% (77.4 a 154.9) 1.00% (> 154.9)	2.00%, 3.00%, 4.00% e 5.00%. (Por Zona Fiscal)	2002

Município	Critério de variação	Alíquota residencial	Alíquota não residencial	Alíquota territorial	Ano de vigência
São Paulo/ SP	Valor	Faixas (R\$ mil) 05 alíquotas efetivas 0.80% (< 65.5) 1.00% (65.5 a 131.1) 1.20% (131.1 a 262.1) 1.40% (262.1 a 524.2) 1.60% (> 524.2)	Faixas (R\$ mil) 05 alíquotas efetivas 1.30% (< 65.5) 1.50% (65.5 a 131.1) 1.70% (131.1 a 262.1) 1.90% (262.1 a 524.2) 2.10% (> 524.2)	Faixas (R\$ mil) 05 alíquotas efetivas 1.20% (< 78.6) 1.40% (78.6 a 157.3) 1.60% (157.3 a 314.5) 1.80% (> 314.5)	2003
Curitiba/PR	Valor	09 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.20% (< 20) 0.25% (20 a 25) 0.35% (25 a 35) 0.55% (35 a 45) 0.75% (45 a 65) 0.85% (65 a 95) 0.95% (95 a 125) 1.00% (125 a 155) 1.10% (> 155)	Faixas (R\$ mil) 05 alíquotas 0.35% (< 25) 0.55% (25 a 35) 0.85% (35 a 45) 1.60% (45 a 55) 1.80% (> 55)	Faixas (R\$ mil) 05 alíquotas 1.00% (< 10) 1.50% (10 a 20) 2.00% (20 a 30) 2.50% (30 a 50) 3.00% (> 50)	2001
Juazeiro do Norte/CE	Padrão de Construção	03 alíquotas 0.60%, 0.65% e 0.70%	03 alíquotas 0.70%, 0.80% e 0.90%.	01 alíquota 1.00%	2001
Betim/MG	Padrão de Construção	05 alíquotas Padrão 0.30% (popular) 0.40% (baixo) 0.50% (normal) 0.80% (alto) 1.00% (luxo)	10 alíquotas Padrão Comercial/Industrial 1.00/1.30% (popular) 1.30/1.70% (baixo) 1.60/2.10% (normal) 1.90/2.50% (alto) 2.20/3.00% (luxo)	08 alíquotas Até 2000 m² 2.00%, 2.50%, 3.00% e 4.00% (por características) Acima 2000 m² 2.50%, 3.00%, 3.50% e 4.50%. (por características)	2001
Teresópolis/RJ	Tamanho e Localização	09 alíquotas Zona Central 1.10% (< 100 m²) 1.20% (de 100 a 200 m²) 1.30% (de 200 a 300 m²) 1.40% (> 300) Demais Zonas 0.40% (< 60 m²) 0.60% (de 60 a 120 m²) 0.80% (de 120 a 200 m²) 1.00% (de 200 a 300 m²) 1.20% (> 300)	09 alíquotas Zona Central 1.20% (< 100 m²) 1.30% (de 100 a 200 m²) 1.40% (de 200 a 300 m²) 1.50% (> 300) Demais Zonas 0.50% (< 60 m²) 0.70% (de 60 a 120 m²) 0.90% (de 120 a 200 m²) 1.10% (de 200 a 300 m²) 1.30% (> 300)	05 alíquotas 0.20% e 0.50% (para hortifrutigranjeiros) 1.00% 1.50%, e 2.00% (por localização)	1980
Araraquara/SP	Valor	10 alíquotas Faixas (R\$ mil) 1.50% (< 5) 1.52% (5 a 10) 1.54% (10 a 15) 1.56% (15 a 20) 1.58% (20 a 25) 1.60% (25 a 30) 1.70% (30 a 40) 1.80% (40 a 50) 1.90% (50 a 60) 2.00% (> 60)	10 alíquotas Faixas (R\$ mil) 1.50% (< 5) 1.52% (5 a 10) 1.54% (10 a 15) 1.56% (15 a 20) 1.58% (20 a 25) 1.60% (25 a 30) 1.70% (30 a 40) 1.80% (40 a 50) 1.90% (50 a 60) 2.00% (> 60)	08 alíquotas Faixas (R\$ mil) 6.40% (< 1) 6.60% (1 a 5) 6.80% (5 a 8) 7.00% (8 a 20) 8.00% (20 a 30) 9.00% (30 a 60) 10.00% (> 60) (4.00% no distrito Bueno de Andrada)	2001
Diadema/SP	Valor	05 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.70% (< 36.8) 1.10% (36.8 a 73.6) 1.50% (73.6 a 184) 1.70% (184 a 368) 1.90% (> 368)	05 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.80% (< 36.8) 1.20% (36.8 a 73.6) 1.70% (73.6 a 184) 1.90% (184 a 368) 2.30% (> 368)	08 alíquotas Faixas (R\$ mil) 0.80% (< 18.4) 1.50% (18.4 a 27.6) 2.00% (27.6 a 73.6) 2.50% (73.6 a 147.2) 3.00% (147.2 a 220.8) 4.00% (220.8 a 368) 4.50% (368 a 552) 5.00% (> 552)	2001

Extraído de: Carvalho (2006)